



NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas

ANO XVIII

Nº 122

p. 85 – 164

abril/junho/86

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ersio Lensi

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Profa. Maria Helena Degani Rocha

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO XVIII – Nº 122

ISSN-0101-4919

ABRIL/JUNHO/1986

SUMÁRIO

Artigos Originais

- Do litoral ao planalto paulista nos tempos coloniais 87
Odilon Nogueira de Matos
- “Rerum Novarum”, uma opção da Igreja 92
Teresa M. Malatian
- Os homens do mar 94
João Ribeiro Júnior
- A “brecha” da historiografia brasileira nos anos da repressão 97
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
- Aspectos históricos da formação das ferrovias brasileiras 99
Luciara Silveira de Aragão e Frota

Transcrições

- Um diplomata espanhol na corte de D. Pedro II 106
Lídia Besouchet
- Monroe: na prática a doutrina é outra 110
Luiz Roberto Lopez

A incapacidade política dos estadistas brasileiros	114
Antônio dos Santos Figueiredo	
A Revolução Federalista e o fim de uma colônia anarquista	118
Newton Stadler de Souza	
Braudel: em busca do tempo perdido	122
Carlos Guilherme Mota	
Registro Bibliográfico	127
Periódicos	132
Noticiário	
A morte de Francisco Mignone	134
Centenário do trem para Santo Amaro	135
Comissão Geográfica e Geológica	136
Um pouco de Música	
O legado melodioso de Victor Herbert	138
Lane T. Cubstead	
Discografia de Francisco Mignone	140
Memória Campineira: Um missionário metodista em Campinas (1839)	144
Textos	
Palmares	146
Nina Rodrigues	
Relações antigas entre a Ásia Oriental e a América Ocidental	147
Humboldt	
Vultos da Historiografia Brasileira: Lemos Brito	149
Seleta	
Deslocação do eixo econômico para o sul	153
Lemos Brito	
Rabiscos de um Escrevinhador	
Inédito de Hilton Federici	158
Outro inédito de Hilton Federici	158
Novos estudos missionários	159
O último livro de Brasil Bandecchi	160
Espírito Cipelista	161
O livro do Reverendo Walsh	162
A Galeria de Sisson	163
Odilon Nogueira de Matos	

DO LITORAL AO PLANALTO PAULISTA TEMPOS COLONIAIS

Odilon Nogueira de Matos

A situação de isolamento em que o planalto paulista viveu durante quase todo o período colonial, como resultante de condições geográficas bem conhecidas, criou para as regiões de “serra acima” uma configuração sócio-econômica toda especial dentro da comunidade brasileira. Primeiro e durante muito tempo o único ponto ocupado no interior das terras descobertas pelos portugueses, o **Campo** (como era denominado na época) ressentiu-se sempre de dificuldades de ligação com a **Marinha**, isto é, as áreas do litoral, onde Martim Afonso de Sousa, em 1532, lançara as bases da colonização do Brasil, com a fundação de São Vicente.

Todos os cronistas — missionários e leigos — que escreveram sobre o Brasil colonial são unânimes em ressaltar a precariedade das comunicações entre uma e outra região. O primitivo caminho, que nada mais seria que a trilha dos indígenas, apavorou os primeiros jesuitas. Anchieta relata que a ele se ia ter por tais acidentes que dificilmente poderiam ser vencidos pelos animais e os homens tinham que andar “de gatinhas”, para não se despenharem, enquanto que Fernão Cardim, mais radical, limitava-se a dizer que era o pior caminho que podia haver no mundo.¹ E pouco se fez durante os três séculos coloniais para que tal situação se modificasse.

O isolamento do planalto paulista tem sido suficientemente estudado, não havendo pesquisador da história de São Paulo que a ele se não tenha referido. Páginas e páginas poderiam ser arroladas, sobre o tema, da lavra de eminentes historiadores paulistas, como Afonso de Taunay, Machado de Oliveira, Paulo Prado, Afonso de Taunay, Alcântara Machado, Alfredo Ellis Júnior, Otoniel Mota e, mais recentemente, Caio Prado Júnior, Ernani Silva Bruno, Myriam Ellis e Maria Tereza Schorer Petrone, entre outros. Alfredo Ellis Júnior, talvez com mais ênfase que os demais, procurou, através de vários livros, tirar conclusões quase sempre acertadas para uma interpretação da história paulista, mostrando-a como resultante das condições de isolamento a que já se referiu. Boa parte de seu indispensável livro **O café e a Paulistânia** (São Paulo, 1951) é dedicado ao estudo

(1) Anchieta, José de — “Informação da Província do Brasil para o nosso Padre (1585)” em **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**, p. 423. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933. Cardim, Fernão — “Narrativa epistolar”, em **Tratados da terra e gente do Brasil**, p. 353. Rio de Janeiro, J. Leite, 1925.

do. que denomina a “autarquia paulista”, indicando-a quase como irrefutável exemplo de “determinismo geográfico”, expressão não muito feliz que o próprio autor linhas adiante procurou explicar para que lhe não assacassem a pecha de adepto do determinismo ratzeliano. Mas, de qualquer maneira, toda a sua proposição é no sentido de afirmar que “o planalto de Piratininga viveu sempre ensimesmado”, e que, mesmo com o fim do ciclo do ouro e o começo da exportação, não desapareceu a autarquia, ainda que tenha adquirido novas características e tenha sido de alguma maneira atenuada.

Aliás, em quase todos os seus trabalhos anteriores — desde **Raça de gigantes**, que data de 1926 —, Ellis Júnior procurou exaurir das condições geográficas uma série de elementos característicos da história de São Paulo, ou da **Paulistânia**, feliz e simpático nome que muitas vezes empregou para designar a área paulista: a pequena propriedade, a agricultura de subsistência, a policultura, as atividades econômicas vinculadas ao apresamento indígena, a expansão geográfica, a pobreza de sua sociedade, o pouco lustro de sua vida cultural, o nomadismo imposto pelas atividades a que se dedicou, o espírito de altivez, o arrojo e a tenacidade do grupo bandeirante naquelas aventuras que impressionaram ao grande Saint-Hilaire, e para as quais só se encontraria explicação se aquela gente pertencesse a uma “raça de gigantes”. O epíteto glorioso não deve servir apenas para a exaltação do passado paulista, mas para conscientizar nossos pesquisadores no sentido de um estudo menos épico e mais humano de nossa história, como já o fizeram, entre outros, Alcântara Machado, Otoniel Mota, Benedito Bastos Barreto (Belmonte), Ernani Silva Bruno, além do próprio Ellis Júnior.

O fenômeno quase ciclópico da expansão paulista, nas suas várias modalidades — apresamento, pastoreio, mineração — só pode ser entendido uma vez consideradas todas as condições físicas, sociais e econômicas que pautaram a vida do planalto. E grande responsável pelo processo histórico, tal como se desenvolveu, foi o isolamento da marinha, dificultando as relações não só com a metrópole, mas com as outras regiões do próprio Brasil. Enfim, o “ensimesmamento”, responsável, inclusive, por uma falsa legenda que, sobre os paulistas, corria pelo litoral. Sirva de exemplo o depoimento do francês Froger, que, em 1696, passou por Santos e São Vicente, e aí no litoral ouviu falar do aglomerado piratiningano, no alto da serra, referindo-se a ele como um covil de bandidos de todas as nações (“assamblage de brigands de toutes nations”), onde viviam sem lei nem rei, cercado de altas montanhas e onde não se podia penetrar senão por um estreito desfiladeiro sempre bem guarnecido.² Ora, onde teria o navegador francês aprendido isso, senão através dos informes desfavoráveis

(2) Groger, **Relation d'un voyage...** p. 80. Paris, Nicolas Le Gras, 1699.

que se propagavam pelas outras áreas do Brasil, em grande parte divulgados pelos cronistas jesuítas, os quais, com boas razões, não podiam gostar dos paulistas, pois estes, em suas freqüentes investidas à procura de índios, viviam em atritos com os discípulos de Santo Inácio ?

As ligações do planalto paulista com o litoral continuaram sempre muito precárias. Basta ler os depoimentos de quantos precisaram fazer esse percurso. Todavia, o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar no interior de São Paulo (Itu, Campinas, Porto Feliz...) impôs exigências para a melhoria das comunicações. Assim, o velho "caminho do mar" teve que passar por algumas transformações que permitissem um transporte economicamente vantajoso para o açúcar do interior paulista. Mas, demorou que tal acontecesse.

O Morgado de Mateus, primeiro governador de São Paulo após a restauração da capitania, apenas chegado, em 1765, descreveu o caminho do mar como "tão impraticável, que excede a toda humana explicação". Marcelino Pereira Cleto, bem mais tarde (1782) foi muito claro: "Se o caminho de Santos para São Paulo não tivesse todas as ditas dificuldades viriam a Santos mais moradores de serra-acima com mantimentos para vender e levar o produto em sal, como costumam", e acrescentava que havia já muitos anos que ele não recebia benefício algum. E outros depoimentos poderiam ser arrolados acerca das péssimas condições da única via de ligação de Santos com o planalto, com a qual necessariamente teria de se articular o sistema viário que se estabelecesse serra-acima.³ Aliás, esta herança colonial da ligação única São Paulo/Santos marcará fundamente a história dos transportes em nossa terra.

Em carta dirigida ao governador de São Paulo, Bernardo José de Lorena, em 6 de março de 1792, o historiador paulista Frei Gaspar da Madre de Deus queixou-se amargamente do "caminho do mar" e tão vívida foi sua queixa que parece ter impressionado o ilustre representante régio em São Paulo, que, certamente já deveria estar farto de receber mensagens dessa natureza. De fato, coube ao capitão-general (título que tinham, na época, os governadores das capitanias) tomar algumas das medidas mais concretas e eficazes no sentido de melhorar o "caminho do mar". E a principal dessas medidas consistiu em mandar calçar o caminho na parte da serra, melhoramento este que se tornou conhecido por **Calçada do Lorena**.

O mesmo Frei Gaspar, que pintara o caminho com cores bem negras, antes dos melhoramentos de Lorena, depôs, posteriormente, em

(3) Cleto, Marcelino Pereira — **Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la**, em "Anais da Biblioteca Nacional", vol. 21, Rio de Janeiro, 1900. Reeditada, com introdução de Ernani Silva Bruno, no volume **Roteiros e notícias de São Paulo colonial**, primeiro da coleção "Paulística", publicada pelo Governo do Estado, em 1977. Nesta nova edição, o texto de Cleto ocorre à pág. 29. O citado volume da coleção "Paulística", além da **Dissertação** de Pereira Cleto, enfeixa também escritos sobre São Paulo, da autoria de Manuel Cardoso de Abreu, Luís dos Santos Vilhena e Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

favor destes, talvez até exagerando-os, pois “desconheceu a serra...” Constituía, agora, o caminho, segundo o historiador, “uma ladeira espaçosa, calçada de pedras por onde se sobe com pouca fadiga e se desce com segurança”. Mais ainda: “evitou-se a aspereza do caminho com engenhosos rodeios e com muros fabricados junto aos despenhadeiros se desvaneceu a contingência de algum precipício; por meio de canais se preveniu o estrago que costumavam fazer as enxurradas; e foram abatidas as árvores que impediam o ingresso do sol”.⁴ Sinal de novos tempos que estariam por vir...

A **Calçada do Lorena** entusiasmou os paulistas. Teceram-lhe louvores. Os viajantes estrangeiros que, no início do século XIX, andaram por São Paulo, consideraram-na uma obra extraordinária. O inglês John Mawe chegou a afirmar que poucas obras públicas, mesmo na Europa, lhe eram superiores, e levando em conta que a região por onde a estrada passava era quase desabitada, o trabalho devia ser ainda mais encarecido, pois, tendo em vista tais desvantagens, não se encontraria em país algum obra tão perfeita. Isto, depois de ter observado que a estrada era boa e bem pavimentada, mas estreita, e, devido às subidas íngremes, foi talhada em zigue-zague, com voltas frequentes e abruptas e que os lugares perigosos eram protegidos por parapeitos.⁵

Já o missionário metodista Kidder, que percorreu a estrada vinte anos depois de Mawe, mostrou-se menos entusiasta, pois encontrou-a bastante deteriorada e até enterrados os marcos alusivos ao término da obra, ao tempo de Bernardo José de Lorena. Enfim, o vício bem brasileiro de não cuidar da conservação das obras públicas... Contudo, observava, ainda, o pastor metodista, a estrada preenchia a sua função e grande parte de sua deterioração provinha do fato de ser extremamente chuvosa a região que ela percorria, pois era quase impossível resistir à força das enxurradas por ocasião das chuvas violentas que frequentemente caíam.⁶

Os “marcos” a que o reverendo Kidder se referia, resultaram de uma decisão da câmara paulistana, de 21 de setembro de 1790, de “levantar um monumento de nativo mármore no alto da dita Serra do Mar com a inscrição onde o caminhante leia respeitoso o sempre ilustre nome de V. Excia.” Aliás, o ofício com que a câmara comunicou ao governador sua resolução é todo ele louvaminheiro, bem ao sabor da época. Vale transcrevê-lo: “O povo desta cidade que hoje com tanta razão se gloria de ter V. Excia. por **Alma ilustre**, a cada canto não cessa de repetir-lhe o

(4) Taunay, Afonso de — Um inédito de Frei Gaspar da Madre de Deus, em “Rev. do Inst. Hist. Geogr. de São Paulo, vol. 36, p. 22 (1939).

(5) Mawe, John — Viagens ao interior do Brasil, 71-73. Trad. de Solena Benevides Viana, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944.

(6) Kidder, Daniel P. — Reminiscências de viagem e permanência no Brasil, vol. 1, p. 173. Trad. Moacyr N. Vasconcelos. São Paulo, Martins, 1940 (“Biblioteca Histórica Brasileira”, vol. 3).

A "BRECHA" DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA NOS ANOS DA REPRESSÃO

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
UNESP — Franca

Com o critério e objetividade que lhe são peculiares, José Roberto do Amaral Lapa lançou, pela Paz e Terra — **História e Historiografia: Brasil Pós 64** — excelente contribuição historiográfica, onde revela o panorama da evolução histórica a partir dos anos 60, analisando como os historiadores brasileiros, frente ao complexo desdobramento político-militar vivido pelo país a partir de 1964, se posicionaram e atuaram frente a sociedade brasileira e como estaria se processando a sua democratização.

Basicamente o A. indagou-se quanto a existência de um engajamento de nossos historiadores ante os problemas que lhes acercavam, como reagiu às crises, às persistências, como evoluíram, enfim, os estudos históricos naquela conjuntura diante da opressão do "Aparelho Ideológico de Estado" imposta no campo da cultura, particularmente atingindo a Universidade Brasileira através de pressões e repressões de diferentes matizes, tendo como resultante uma "certa estagnação de alguns temas políticos e sociais, cujo tratamento ficou em estado letárgico" ... (p. 31).

E "apesar da atividade castradora do Estado ou até mesmo devido a ela, os que ficaram no país, e nele particularmente os que permaneceram na Universidade, souberam usar o pouco espaço de que muitas vezes dispunham para prosseguir o seu combate pela produção intelectual descompromissada do sectarismo ideológico e político" (p. 32).

Isto significa dizer que apesar da falta de condições de trabalho a ciência caminhou, e a produção historiográfica do período é um exemplo dessa afirmação, muito embora os historiadores brasileiros ainda não tenham se preocupado com o movimento de 64 como objeto específico de seus estudos.

Ao afirmar que "os anos 60 assinalaram um momento de organização e enriquecimento do colégio de historiadores brasileiros" (p. 35), enumera, analisando, toda a estruturação e organização articulada dos estudos históricos a partir da interiorização sistemática do ensino superior em São Paulo, efetivada a partir de 1959, seguido, na década dos 70, com a produção e reprodução do conhecimento histórico e a institucionalização nacional da Pós-Graduação. Todavia, enfatiza o A. (p. 43) que "é preciso

reconhecer que o mais qualificado conhecimento histórico não é necessariamente aquele produzido pela Pós-Graduação”.

Por outro lado, aponta as revistas que se tem ocupado dos assuntos históricos, as editoras comerciais, as reuniões científico – culturais havidas, salientando que “a historiografia tem atuado em direção ao conhecimento histórico e à própria historiografia. É possível, portanto, examinar sua evolução nesses dois níveis” (p. 54).

E quais seriam os caminhos pelos quais se projetaram o conhecimento histórico brasileiro ? É minuciosa e detalhada a análise feita pelo Prof. Lapa sobre essa questão onde, grosso modo, nos fala da predominância da História Política sobre a Social e a Econômica, o que o faz acreditar esteja vinculada tal preferência pela tendência e gosto do público leitor brasileiro, ao lado do próprio interesse de nossos mercados editoriais.

Demonstra ainda que são os estudos atinentes ao século XIX que tem notável predominância sobre os demais (nestas últimas décadas), lembrando que a história do cotidiano se apresenta como a grande brecha de abertura às novas linhas temáticas.

Fala também que a “estrutura organizacional apresentada pelos nossos arquivos não corresponde mais às concepções modernas, preconizadas pelo Conselho Internacional de Arquivos e pela UNESCO...” (p. 86), assinalando, todavia, o sensível progresso de igual modo havido neste setor.

Afigura-se-nos, pois, a presente análise como imprescindível ao estudioso brasileiro a fim de que, na proposta do revisionismo historiográfico contemporâneo, possa visualizar como a comunidade dos historiadores vivenciou as normas que lhe foram ditadas e como definiu a prática e a ideologia do momento, no sentido de perceber como tal etapa chegou ou não a representar alguma especificidade nesses últimos vinte anos.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DAS FERROVIAS BRASILEIRAS

Luciara Silveira de Aragão e Frota

Antecedentes

Pela lei Feijó de 31 de outubro de 1835 foram dados os passos necessários à introdução das ferrovias no Brasil. Tal lei, concedia privilégios de exclusividade às companhias que se organizavam para explorar o transporte ferroviário de gêneros e passageiros, traduzidos em vantagens como a isenção de direitos de máquinas a serem importadas nos primeiros cinco anos; cessão sem ônus de terrenos necessários à estradas de ferro — se fossem terras do governo — ou, o direito de desapropriação no caso de propriedade particular. A concessão tinha um prazo de oitenta anos, ao fim do qual se transformaria em bem da nação. Esta lei do Regente Imperial, que esquecia contudo de delimitar os trechos de privilégio, incluía um plano de estradas com extensão de cerca de 5.500km, visando a ligação do Rio de Janeiro com as capitais da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Cem anos depois o plano não se completara e, só no século XX (1950 — 1960) foi feita a Rio-Bahia. Segundo Odilon Nogueira de Matos¹ a não conclusão do plano deveu-se às condições de instabilidade política do período regencial e a pouca credibilidade dada às ferrovias como meio de transporte, além de que, a extensão prevista consistia um plano ambicioso para a época. O fato do desenvolvimento brasileiro estar ainda em fase elementar, e a insignificância da população, aquela época, aturaram também como motivo.²

No caso de São Paulo, a lei de 18 de março de 1836 sobre sistema de ferrovias e navegação em conclusão, foi revogada, substituída dois anos depois, e reproduzida com leves alterações regulamentando as condições de estradas concedidas a “Platt & Reid” e a “Aguiar, Viúva, Filhos & Cia.” É que as províncias já tinham então competência para legislar sobre o assunto, com base na lei de 29 de agosto de 1828, a qual determinava que as estradas privadas de uma só província seriam promovidas pelos seus presidentes em conselho. O plano de viação previsto por estas leis envolvia assim a combinação sistematizada de canais, rodovias e

(1) Cf. Odilon Nogueira de Matos in: *Café e Ferrovias* — 2ª ed. S.P.: Alfa Omega, 1974 p. 49.

(2) Cf. Adolfo Augusto Pinto in: *História da Viação Pública de S. Paulo*, S.P. Tip. Vanorden, 1903 p. 23.

estradas de ferro, dando às firmas já mencionadas concessão para a ligação de Santos às hoje cidades de Campinas, Piracicaba, Mogi das Cruzes e Itu, além da ligação dos rios Paraíba — Tietê³.

Mesmo com estudos básicos do engenheiro Mornay sob contrato dos interessados, o plano não se efetivou. Este marco é porém importante por fundamentar a primeira estrada de ferro brasileira dada em regime de concessão, além da precisão técnica dos planos inclinados e máquinas fixas que deveriam ser usadas para a subida do planalto.⁴ De acordo com o plano do alemão Frederico Fomm, o porto de Santos deveria ligar-se ao interior da província numa previsão da fertilidade do solo da região e do escoamento e permuta de gêneros necessários ao progresso e à comunicação interna com a base nos transportes terrestres e fluviais. A idéia da ligação de Santos diretamente com a Europa foi também lançada logo após concluída a ferrovia Santos — Jundiá.

Este primeiro momento da História das Ferrovias brasileiras que se estende até 1852, ocorre dentro de um quadro de instabilidade política o qual, só se modificará por volta de 1850, ocasião em que extinto o tráfico liberaram-se os capitais para inversões outras. Insere-se aí a ação do inglês Thomas Cockrance, em 1839. Esta foi a tentativa experimental mais sólida deste período, concretizando-se através da organização da Imperial Companhia de Estrada de Ferro com oito mil contos de capital e que, segundo a concessão outorgada pela lei de 1835 foi dado o privilégio para construção e exploração do trecho Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba. Esta concessão foi estendida no ano seguinte até São Paulo com ponto final em Cachoeira Paulista, até o trecho do rio julgado navegável. Em 1842, a empresa ainda não havia integralizado o capital previsto, solicitando por isto no ano seguinte uma prorrogação de prazo para início da construção da linha e pagando as multas contratuais pelo não-cumprimento do plano⁵. A causa principal do seu malogro residiu na falta de garantia de juros cujo pedido encaminhou à Câmara e que ali ficou sem solução até 1852. Os favores governamentais para a construção das ferrovias parece não terem sido suficientes para a atração do capital estrangeiro no empreendimento.

Foi com o chamado privilégio de zonas (30km ou 5 léguas para cada lado do eixo da linha) e o sistema de garantia de juros (até 5%) que a lei 641 de junho de 1852, vai determinar o segundo momento de fato marcante da História Ferroviária Brasileira, isto é, o momento em que começamos a construir estradas de ferro.

(3) Então as localidades mais importantes da Província de S. Paulo tinham como fonte econômica principal a cana de açúcar.

(4) Vale lembrar a proibição taxativa de mão-de-obra escrava nas ferrovias. Cf. Odilon Nogueira, op. cit. p. 50.

(5) As multas foram restituídas e o governo pagou os respectivos juros de 6% ao ano. Cf. Prado Lopes — Um Século de Viação no Brasil — (1827-1926) R.J. p. 12.

Em termos de legislação, continuou a proibição do emprego da mão-de-obra escrava e isenção do serviço militar ou dispensa do serviço na Guarda Nacional para os trabalhadores brasileiros. O capital a ser empregado podia ser ilimitado e de acordo com a distribuição de dividendos (quando superiores a 5%) começaria o reembolso dos juros dispensados pelo Tesouro Nacional dentro de uma escala de porcentagens estabelecida de acordo com cada caso. A Bahia e posteriormente São Paulo, estabeleceram uma taxa suplementar de 2% a título de incentivo. A referência prioritária foi a ligação da Corte com as capitais de São Paulo e Minas, sem limitar concessão de linhas a quaisquer outras regiões brasileiras. Tais medidas ficariam na dependência do Legislativo a quem caberia julgar as possibilidades de construção dentro dos aspectos de conveniência e disponibilidades financeiras dos projetos propostos.

Em 1852, foi dada a Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá, pelo governo da Província do Rio de Janeiro, a concessão para a ligação Rio de Janeiro — Vale do Paraíba e posteriormente a Minas, relacionada ao transporte marítimo e ao rodoviário. O trecho inicial partia do porto, hoje dito de Mauá na Guanabara, sendo a estrada inaugurada dois anos depois. A ferrovia servia ao trecho Rio — Petrópolis, e o pouco interesse de seu emprego para escoamento do café, (visto as grandes fazendas se localizarem mais rumo oeste), fez nascer das famílias dos Ottonis e Teixeira Leite, a idéia de outra via férrea partindo do Rio de Janeiro e dividindo-se depois do Serra do Mar rumo a Minas e a São Paulo. Era a Central do Brasil de hoje que brotava.

Em 1853, o governo brasileiro celebrou negociação em Londres para organização de uma companhia capacitada a executar a estrada. É que, após 12 anos, cassada a já mencionada concessão a Cochrane, foi feita a anulação da concorrência ganha pelos Teixeira Leite⁶. O governo Imperial, tomou a si a tarefa assinando um contrato direto com Edward Price para efetivação das obras do primeiro trecho, com cerca de 61km. Porém, para que estivesse concorde com a lei, fez-se necessária a organização da Cia. para assinatura do competente contrato pelo governo. A Província do Rio de Janeiro ofereceu 2% de juros como incentivo de praxe, passando a Cia. a dispor de privilégios para custeio, construção e uso da estrada prevista.

Em junho de 1855, ou seja, um ano após o decreto de transferência de contrato iniciou-se o trecho até Belém inaugurado 3 anos depois. A transposição da Serra do Mar foi feita por 13 túneis sendo inaugurada em 1863. O traçado inicial, compreendendo uma bifurcação para Cachoeira em São Paulo, outra para os limites Rio-Minas em Porto Novo

(6) Pediram demissão em 7 de janeiro de 1855 por uma questão de juros. Desejavam 7% do governo. Cf. Prado Lopes op. cit. p. 15.

da Cunha, foi modificado com a proposta de encampação do governo que alterou o traçado original até a Barra do Pirai, contrariando os interesses de Vassouras que desejava até lá, a extensão da linha.

Em 1880, temos um terceiro momento, esboçando-se a mudança que conduziu à ausência do sistema de juros mantendo-se a zona de privilégio, porém, com uma certa flexibilidade. Foram construídas estradas particulares surgidas de modo independente, as quais atenderam aos interesses imediatistas dos donos das fazendas perto das linhas principais. Mais tarde elas terminaram sendo incorporadas, tendo mantido por pouco tempo a autonomia. O quarto momento ferroviário importante é a fase do desenvolvimento emancipado da tutela do Estado tendo ao mesmo tempo, como restrição única, o respeito aos direitos conseguidos. No caso de São Paulo, a preocupação maior em fins do século XIX foi a necessidade da via férrea, não só em função do café que começava nos municípios do nordeste, mas também em função do açúcar. Em 1855, no discurso de abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa, o Presidente de São Paulo calculou em dois milhões de arrobas a produção de café, açúcar e outros gêneros a serem transportados. Mesmo sem vingar, a tentativa inicial da firma gerenciada por Fomm (Aguiar, Viúva, Filhos & Cia.) e da Platt & Reid, continuava latente, entre os paulistas, o objetivo da criação de uma ferrovia. Jundiaí, Limeira e Campinas as zonas que seriam beneficiadas também beneficiariam o progresso nacional com o desenvolvimento do trabalho livre, a rápida colocação de mercadorias destinadas ao consumo; aumento do valor das terras cortadas pela estrada, criação de sistema empresarial, desenvolvimento comercial santista, dentre outras vantagens. Foi a lei geral de 1855 (a qual beneficiou também Pernambuco), aliada a lei provincial de março do mesmo ano⁷, que dotou São Paulo da primeira estrada de ferro, Santos — São Paulo e daí a Jundiaí. A concessão foi dada a Pimenta Bueno, Mauá e Monte Alegre, pelo decreto de 26 de abril de 1856.

O privilégio de noventa anos e a concessão, incluíam as vantagens da obtenção de terras devolutas nos termos das leis vigentes, exploração de minas e a determinação de 30km para cada lado da ferrovia como zona de privilégio. O juro era superior a 5%, ou seja, 2% eram pagos pela província cabendo ao Império 5%. O excesso de dividendos da Cia. passaria a ser dividido com o governo caso ultrapassasse os 8% ao ano. Da parte pertencente ao Governo Central uma quota proporcional caberia à província. Posteriormente, Saldanha Marinho incentivou o prolongamento da ferrovia após Jundiaí com a Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Com a inauguração da Santos — Jundiaí iniciada em 1860, planejou-se também a primeira articulação ferroviária, partindo daí uma estrada até Jacareí (Vale

(7) Desde o ato adicional de 1834 competia as Assembléias provinciais o legislar sobre estradas.

do Paraíba). Parte do Sul Mineiro seria beneficiada por este projeto, cujos dispositivos legislativos que o protegiam, foram anulados em 1871, substituindo-se o plano pela construção da via férrea São Paulo — Cachoeira. Em linhas gerais, foram estas as primeiras articulações para a construção de nossas ferrovias.

Sinteticamente, a política governamental da época modificou cláusulas do contrato de concessão através de decreto em 1859, e tornou a garantia de juros paralela ao tempo de duração do privilégio. O prestígio dos nomes envolvidos na empresa, acrescidos das garantias de contrato, influenciaram positivamente na organização das companhias concessionárias.

Legislação Ferroviária no Império

A legislação no Império primou por concessões perpétuas, e temporárias. O privilégio de zona variava entre 20, 30, 40, 60 e 66 quilômetros de faixa. Inicialmente, não houve favores do governo, porém, mais tarde deu-se uma garantia de juros de 5% e depois 7%. De início para um capital variável, depois para um capital previamente estipulado. Estas garantias de juros transformaram-se mais tarde nas garantias quilométricas variáveis de acordo com as condições de extensão da linha a ser construída.

A duração de tais garantias foi de início de 90 anos, reduzindo-se depois a um prazo de 30 anos. A encampação, decorrido um prazo foi um direito do Império bem como a fixação das penas e o direito de rescisão de contrato. As leis consentiam na desapropriação, estabelecendo os meios que assegurassem o direito da propriedade.⁸ A polícia ferroviária foi regulamentada⁹ sendo estabelecidas bases gerais para as obras de ferrovias sob fiança e garantia de juros do Estado com cláusulas obrigatórias, para satisfazer as companhias favorecidas¹⁰. Os termos das concessões foram aprovados e uniformizados com disposições que complementaram e alteraram cláusulas do decreto nº 6.995 de 1º de agosto de 1878, estabelecendo bases para a concessão das vias férreas em fiança ou garantia de juros do governo¹¹. O Estado cuidou ainda de consolidar os dispositivos legislativos e regulamentares sobre as sociedades anônimas tão aplicados no nosso sistema de ferrovias¹². De forma lógica concedeu estradas de Este para Oeste procurando trazer produtos para o litoral e tentando a penetração para Oeste. Não houve, porém, plano geral nem um sistema teórico de

(8) Decreto de 10 de junho de 1855, Lei nº 816.

(9) Decreto nº 1930 § 14 art. 1º decreto de 26 de junho de 1852.

(10) Decreto nº 6.995 de 10 de agosto de 1878.

(11) Decreto nº 7.959.

(12) Decreto nº 434 de julho de 1891.

planificação. A idéia inicial de ligação entre as províncias do Império, foi abandonada considerando-se a ferrovia mais como um agente de recursos econômicos e não como um elemento de integração nacional. A República recebeu de legado ferroviário do Império, somente 9.854km em tráfego.

A Situação na República

Na República de Deodoro, o General Francisco Glicério, ministro de Agricultura e Obras Públicas pediu a criação de profissionais para planificação geral das vias férreas. A Comissão chefiada pelo Cel. de Engenharia, Jerônimo Jardim projetou 36 ferrovias, com o total de 19.000km. dos quais 4.000 ficariam para construção posterior. Os 15.000km iniciais foram cedidos sob regime de garantia de juros de 6% com privilégio de 30 anos e com o preço máximo de garantia de 30:000\$ 000/km. Foram feitos prolongamentos nas redes já existentes como na Camocim-Sobral no Ceará, (fruto da idéia de penetração leste para o oeste) além da autorização de novas redes ligando estados como o Rio Grande do Norte a Paraíba e Pernambuco-Alagoas. O Ministério de Agricultura e Obras Públicas desenvolveu uma política voltada para o atendimento de pedidos de concessões, alguns deles sem que tenham sequer iniciado os trabalhos de estradas que subvencionaram. Foi um período em que a bolsa de valores se encheu de títulos ferroviários, fazendo e desfazendo fortunas, o que se refletiu na economia nacional que viu a baixa do câmbio e seu crédito baixar nas praças estrangeiras.

As empresas de construção das obras ferroviárias para aumentar o capital já conseguido estenderam as linhas sem real necessidade fosse por incúria, ou corrupção da fiscalização oficial. Quanto à construções diretas feitas pelo governo, os déficits eram constantes, donde a decisão de paralisar as construções. Passou-se à política do arrendamento sob a base de porcentagem sobre a renda bruta e a encampação com o cessar de garantias para os que abusavam dos favores do governo. "A economia desta grande operação consistia em efetuar um largo empréstimo a 4% que deveria ser amortizado, em um prazo máximo de 60 anos, por meio de um desconto de 1/2% ao ano e de todos os benefícios que o Estado obtivera nessa operação, diferença entre as garantias antigas pagas e os juros de novo empréstimo, contribuições pagas pelos arrendatários e rendas anuais"¹⁴. Esta solução do Congresso desafogou o tesouro. Daí é fácil concluir que a dispersão foi a tônica da construção das ferrovias, como um todo sem que fossem pensados os problemas econômicos, geográficos e mesmo sociais. Posteriormente, foram feitas algumas tentativas de modifi-

(13) Decreto nº 142 de 10 de Janeiro de 1890. Citado por Prado Lopes, op. cit. p. 36.

(14) Cf. Prado Lopes, op. cit. p. 37.

cação como as projetadas pela Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, englobando elementos como redução de pessoal empregado na conservação das estradas por uso da mecanização e uma maior durabilidade dos equipamentos em uso.

O programa de melhoramentos exigiu no geral, pedra britada, locomotiva a óleo Diesel e vagões de passageiros. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico figurou como credor, avalista ou agente do Tesouro Nacional até o final de 1955 empregando 41.100 dólares em ferrovias e 3.000 dólares em rodovias. No ano seguinte, o Banco de Exportação e Importação abriu crédito autorizado de 100 milhões de dólares (para compra de material, aos Estados Unidos, necessários ao reerguimento do parque ferroviário, sob supervisão da Rede Ferroviária S. A. Foi feito ainda empréstimo de 100 milhões de dólares ao Export-Import Bank.

O Departamento Nacional de Estradas de Ferro, cooperou também nos planos da rede ferroviária Norte-Nordeste para uma interligação conjunta, das capitais estaduais, com a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

O governo decretou ainda a criação na Sétima e Décima Região Militar dos Batalhões Rodoviários em Caicó (R. Grande do Norte), do 39º batalhão ferroviário em Campina Grande (Paraíba) e do 49º batalhão ferroviário em Crateus (Ceará). No sul do país, os batalhões rodo-ferroviários construíram grande parte das ferrovias, e um número bem menor de rodovias além de colaborar na linha tronco eixo Norte-Sul (BR-2).

De um modo geral, no quadro brasileiro de transportes, podemos afirmar que até a abertura dos portos em 1808, a tônica foi o esforço desordenado para manter ligações entre o litoral e o interior, ou ainda, com o exterior para efetivação de indispensável intercâmbio. No interior, vão predominar os caminhos vicinais correspondentes às artérias de penetração e conquista do território, para cá e para lá, dos limites de Tor-desilhas.

Entre 1818 e 1855 a navegação de cabotagem apareceu de modo mais acentuado, desenvolvendo-se as rotas fluviais e os transportes rodoviários com a Construção da estrada do Comércio entre Iguaçú e o Rio Paraíba, por exemplo. Por volta de 1855 e 1920 construiu-se cerca de 30.000km de estrada de ferro, intensificou-se os transportes marítimos, enquanto as ligações rodoviárias transpuseram etapa decisória com a “União e Indústria”.

O surto rodoviário de 1920 até 1945, já no período inicial do pós-guerra exprime-se no cálculo de 280.000km construídos e vai presenciar a estagnação dos transportes ferroviários que tiveram um aumento de somente 7.000km. Decaiu também a navegação fluvial, quando se expandiu o comércio de cabotagem e ainda com o advento, a partir de 1927, das linhas aéreas nacionais.

UM DIPLOMATA ESPANHOL NA CORTE DE PEDRO II

Lídia Besouchet

Quase vinte anos antes que o conde de Gobineau desembarcasse no Rio de Janeiro para exercer o cargo de ministro da França, um outro diplomata europeu, o espanhol Juan Valera, chegava à corte de Pedro II.

Algumas analogias podem ser assinaladas entre eles. Ambos eram escritores ainda não consagrados em seus próprios países,¹ e ambos deixaram registrados os dissabores que um posto nos trópicos lhes acarretava. O calor — sempre o calor — as febres, a estreiteza da sociedade e o sistema social que imperava no Brasil são os temas principais das respectivas correspondências.

A população negra obscurecendo a paisagem lhes aparecia como causa determinante de todos os contratempos. Encaravam o posto diplomático no Brasil como uma provação, um castigo que a “*carrière*” impõe aos desprotegidos.

Gobineau deixara a Grécia. Valera deixara Nápoles. Ambos aspiravam a um lugar no Oriente ou em qualquer país de exotismo cultural profundo, a Turquia, o Egito, a Índia, a China... O orientalismo estava em moda entre os intelectuais europeus e eles vêm “*cair*” no Brasil...

O Brasil, sendo diferente de tudo que um europeu culto pudessem imaginar, desnorteia-os. O país não era suficientemente antigo, nem arcaico, nem exótico, nem pitoresco, nem culto. O Brasil era um pouco de tudo isso, mas na realidade estava-se caldeando: era na nacionalidade em vias-de-ser. Ademais, para eles, o Rio constituía o conjunto nacional, podendo generalizar todas as observações que fizessem. A correspondência de Gobineau ao barão Anton Prokesch-Osten, às irmãs gregas Dragoumin, à mme. de Gobineau, etc., enfeixa o que se designará mais tarde como “*cartas brasileiras*”.²

(1) Gobineau há havia publicado o famoso *Essai sur l'inégalité des races humaines*, mas sua circulação ficara restrita a uma área muito reduzida e Valera não escrevera sequer os dois romances que lhe iriam das consagração: *Pepita Jimenez* e *Juanita la Larga*.

(2) Mlle. Louise-Marie Concasty, publicando as *Lettres Brésiliennes*, em 1969 (edição, parisiense), resume bem a questão.

Quanto a Valera, data suas cartas de certas cidades por onde vai passar, Dresde, Paris, Lisboa, Moscou, mas, ao se referir ao Rio, escreve sempre "Cartas do Brasil".

O desconhecimento dos dois diplomatas europeus sobre o conjunto brasileiro é enorme e, se Gobineau somente sairá uma vez do Rio para acompanhar Pedro II numa viagem a Juiz de Fora, Valera não vai além de Petrópolis...

O paralelismo não termina aqui: ambos admiram, respeitam e se tornam amigos do Imperador, mas igualmente mantêm relações com um misterioso personagem que se chamava José Buschenthal.

Oriundo da Alsácia, Buschenthal tinha uma enorme cultura, um físico atraente e é amigo de figuras como Lord Palmerston, primeiro-ministro da Inglaterra durante quarenta anos; conquista a políticos, damas, cavalheiros, fidalgos e plebeus; desprende um magnetismo especial e irradia uma tal simpatia que o ministro Figueiro confessa "ter de usar óculos escuros para escapar à sua perspicácia".

Buschenthal vem para o Brasil aos 28 anos, filho de luteranos, e depois de acumular uma grande fortuna, acaba se casando com a filha natural de Pedro I e da baronesa de Sorocaba, Mariquita Pereira, educada na corte de Isabel II, da Espanha, e ele, então, recebe o tratamento de gentil-homem.

Juan Valera, escrevendo a seu amigo Estéban Calderón, refere-se a Buschenthal nos seguintes termos: "Hombre más socarrón, travieso, atrevido y redomado no lo he visto. Con sus aventuras se podrán llenar cuatro o cinco tomos de lectura ejemplar y agradable". E, em outra carta ao mesmo Calderón, confirma: "Indudablemente he hecho conocimiento con un ente singular tratando a Buschenthal. Yo le profeso cariño y he tenido la satisfacción de serle de alguna utilidad en las tempestades curialescas que le han suscitado por sus contratiempos financieros en este país".

Banqueiro, homem de negócios, empresário, Buschenthal estabelece relações com Mauá e transpassa-lhe diversos empreendimentos nos países do Rio da Prata. Torna-se útil à corte de Pedro II; organiza festas, frequenta os salões diplomáticos da Espanha, Inglaterra e França. Erudito, falando vários idiomas, preside cavalgatas, obsequia as senhoras e as crianças com brinquedos valiosos, vestindo-se sempre impecavelmente de branco, dos pés à cabeça, como indicava a elegância européia trasladada aos trópicos...

Enfim, não é curioso pensar que tal personagem pudesse servir de elo entre Valera, Gobineau, o Imperador e Mauá, no Brasil ?

Mas, retornemos às analogias anteriormente assinaladas: Gobineau e Valera chegam ao Rio aos 34 anos, com inquietações literárias e,

para dissipar o tédio, começam a freqüentar a biblioteca particular do Imperador. Ambos consideram Pedro II um caso extraordinário dentro da “imensa imbecilidade brasileira”. Que faz um rei semelhante em um país tão mesquinho, se perguntam? Valera afirma que “não há no Brasil seis pessoas que hajam lido Eurípedes”. Assombra-se também pela “inmorabilidade de estos pueblos primitivos”.

Diante das gigantescas proporções americanas, o espanhol sente-se esmagado. Reclama contra a má alimentação, contra os mosquitos, contra os “bestiais brinquedos dos negros”, até mesmo da “capoeira”, e afirma: “Ellos (os escravos) se matan entre ellos. Viven desnudos e mal alimentados”. Protesta pelas ruas mal calçadas e das distâncias enormes a percorrer.

Assinala, porém, que existe um núcleo “civilizado” com lojas luxuosas, francesas, vendendo perfumes e luvas “adquiridos às vezes por negras e mulatas”. Destaca uma tal mme. Finet e freqüenta, como mais tarde Gobineau, o Teatro Lírico e o célebre “Alcazar”. Escreve versos à cantora Rosina Stoltz, como mais tarde Gobineau o fará.

Embora reconheça a beleza e fertilidade da natureza brasileira, elogiando o Pão de Açúcar, o Corcovado, a beleza do mar, as misérias do exílio são mais fortes. Valera tem dor de estômago, mal-estar e reclama da “comida nauseabunda” servida por negras que empestam o ambiente com o bodum que ele chama de “chotum”. Assusta-se das aranhas, das baratas, das lacraias, das cobras que povoam a legação espanhola (coisa que seu embaixador, vivendo há 35 anos no Brasil, jamais reclamou).

Afirma que aqui “todo mundo canta”. As moças desafinando as melodias das óperas e as negras fazendo um barulho infernal. Os homens estão sempre ocupados em negócios e as mulheres são boçais.

Porém, malgrado a opinião que os dois diplomatas europeus dispensam ao Brasil, ambos se apaixonam por brasileiras: Gobineau por Aurea Ponso (a “Sinhazinha” de seus poemas) e Valera pela misteriosa “Maria”, a quem dedica inúmeros versos. Tanto “Sinhazinha” como “Maria” eram mulheres casadas. No caso de Valera a coisa torna-se bastante clara, pelo quarteto quase cínico com que ele arremata um poema: “Nunca osaré quejar-me de la suerte / Ni de este amor se queja tu marido, / Aunque en tu alcoba le sorprenda y mire / Cual pajarillo revolando en torno”.

Existe, contudo, uma diferença que cumpre aqui assinalar entre as duas correspondências: Gobineau se preocupa sempre, invariavelmente, em demonstrar cultura, afetar aristocráticas convivências entre a nobreza brasileira que ele “concede” freqüentar, e Valera escreve simplesmente, rudemente mesmo. É que Valera se corresponde com um amigo íntimo, escreve de homem a homem. Suas cartas são irônicas, críticas e até cruas de linguagem.

De Varnhagen, secretário do Instituto Histórico, Valera diz: "Ese señor pasa por un pozo de ciência: saque Ud. por el hilo el ovillo de las sabidurias brasileñas." Contrabalançando, ele se interessa por Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, compra um dicionário da língua brasileira editado em Lisboa e, no inverno, um pouco reconciliado com o clima tropical, louva as belezas do gigante de pedra, do Pico do Papagaio e da Serra dos Órgãos. E, afinal, cedendo à grandeza da paisagem brasileira, Valera escreve em 1851 um poema com acentos românticos, louvando a beleza tropical, poema que dez anos mais tarde publicará em Madrid, iniciando, assim, a carreira literária que o levará à Real Academia de Letras: "Playas de Niteroy dó caliente / El sol la tierra con fecundos rayos / Y brotan flores odorantes, ricas, / Y gigantescos árboles pomposos / De perenne verdura; Aquí la vida / Rompe, como los rios, caudalosa / Por los abiertos poros de la tierra / Y en el aire sereno se dilata. / Oro y diamantes en las rocas cria / Sua plástica virtual. Aquí la sangre / Hierve con el calor en nuestras venas".

Pedro II ignorou sempre as opiniões de Valera a respeito do Brasil. Fez-se seu amigo e em uma de suas viagens à Espanha foi recebido pelos intelectuais na Real Academia de Letras, saudado com vibrante discurso por Juan Valera.

(de *Cultura*, supl. de "O Estado de S. Paulo", 18-9-1983).

MONROE: NA PRÁTICA A DOCTRINA É OUTRA

Luiz Roberto Lopez

Em 1823, o presidente norte-americano James Monroe formulou a famosa doutrina que leva o seu nome, consagrando um tipo de política que os Estados Unidos da América virtualmente seguiram até a Segunda Guerra: não intervenção em assuntos mundiais em troca da não intervenção européia em assuntos do continente americano; em uma palavra, o isolacionismo.

Passaram-se 160 anos, a situação histórica mudou radicalmente e, claro, a posição americana no contexto global. Em nossos tempos, quando Reagan tenta convencer o Congresso de que a segurança nacional depende do intervencionismo assumido dos Estados Unidos na América Central e que os movimentos sociais que lá ocorrem só atingem a etapa contestatória graças aos soviéticos e seus aliados cubanos, mais do que nunca se torna interessante trazer à lembrança a Doutrina Monroe como um eixo de reflexão sobre o comportamento norte-americano em relação ao que José Martí chamava “a nossa América”, a América Latina.

No começo do século XIX, os Estados Unidos já eram nação independente quando a América Latina foi sacudida pela luta emancipatória contra o velho colonialismo monopolista ibérico. Detrás, vigilante, o capitalismo britânico aproveitava o espaço aberto pela ruptura da rigidez mercantilista para criar novos mercados aos produtos de sua Revolução Industrial em expansão.

Todavia, após a queda de Napoleão (1815), o mundo do Antigo Regime buscou rearticular-se e partir para uma reconquista agressiva dos espaços perdidos. Entre outras coisas, isso significou não só devolver velhas dinastias a seus tronos como também devolver velhas possessões às velhas dinastias. Em resumo, os países que aderiram à tal política passaram a entender que seria lícito que a Espanha bourbônica reobtivesse as colônias sublevadas do Novo Mundo. Foi então que entrou o paternalismo americano e nasceu a referida Doutrina Monroe, declarando que potência européia que quisesse restaurar o colonialismo aqui, provocaria um enfrentamento direto com os Estados Unidos.

Alguns observadores apressados e/ou leigos de nossos dias viram na síntese clássica da Doutrina Monroe — “A América para os americanos” — um embrionário imperialismo dos Estados Unidos. Entretanto, é difícil afirmar isso, já que as forças produtivas não estavam, naquela época,

desenvolvidas a ponto de configurar uma intenção expansionista. O melhor seria dizer que, ao assumir a responsabilidade na luta anticolonialista voluntariamente, os norte-americanos estavam, na verdade, visando garantir suas próprias fronteiras contra as ameaças européias de retomar o seu domínio sobre a América e restabelecer a hegemonia dos tempos anteriores à Revolução Francesa e colonial. O que facilitava aos americanos a formulação de tal doutrina era o significativo fato de que a Inglaterra, avessa ao restabelecimento do antigo monopólio, controlava as rotas marítimas com sua poderosa armada.

Aqueles que vêem na Doutrina Monroe uma intenção consciente de lançar as bases do imperialismo americano, possivelmente se acham influenciados pelas realidades de nossa época. Insistimos em dizer que o capitalismo e, portanto, a sua carga de dominação político-econômica, ainda era, àquela altura, um fenômeno em gestação nos Estados Unidos. Mesmo que posteriormente, quando a política expansionista dos americanos começou a tomar corpo na “nossa América”, a Doutrina Monroe fosse utilizada como trampolim na elaboração da ideologia do “destino manifesto”.

Na segunda metade do século XIX, o capitalismo americano principiou a crescer e a buscar inevitavelmente novas fontes de apropriação e prosperidade. A despeito da Guerra com o México (1848), a maior vítima inicial do capitalismo americano foi interna — o índio.

Com a vitória da burguesia do Norte na Guerra Civil (1861/65), implantou-se definitivamente o tipo de Estado adequado para garantir a ideologia do liberalismo e do “self made man” que permeou toda aquela fase dinâmica de consolidação das relações capitalistas de produção nos Estados Unidos e assegurou a expansão da industrialização e da acumulação de capital. Nasceram então os primeiros conglomerados e associações de empresas — os denominados **trusts, holdings, etc...** Para expandir seus negócios, voltaram os olhos para a América próxima, a América Central e, de maneira mais genérica, a América Latina. Viviam-se os tempos conhecidos como a **Golden Age**.

De vários modos manifestou-se a agressividade do nascente imperialismo dos Estados Unidos, suplantando progressivamente os interesses do imperialismo britânico. Em Cuba, apossaram-se de terras e criaram usinas de cana-de-açúcar, derrotando posteriormente a Espanha e dando à ilha uma independência fiscalizada por um dispositivo constitucional imposto aos cubanos pelo qual eles reconheceram aos Estados Unidos o direito de intervir militarmente em Cuba quando fosse necessário — a famosa Emenda Platt (1901). No caso do Canal do Panamá, “fabricaram” a independência do Panamá em relação à Colômbia e tomaram a Zona do Canal (1903), reduzindo a uma ficção o novo país que nasceu.

O presidente que melhor exprimiu a fase otimista, arrogante e agressiva do expansionismo americano do começo do século XX foi certamente Teodoro Roosevelt, o homem do **Big Stick** (“Devemos falar macio e carregar um grande porrete”). Já então os negócios americanos intervinham abertamente na América Central e o Governo, guardião das estruturas internas, decidiu-se a exercer o papel de polícia continental dessas estruturas que pretendiam se expandir. Invocando a Doutrina Monroe, Roosevelt lançou um corolário (adendo) a ela, transformando o isolacionismo em indisfarçada defesa do direito de intervenção onde o exigissem os interesses da burguesia dos Estados Unidos.

O que mais chama a atenção no célebre Corolário Roosevelt é a sua desfaçatez, o seu caráter acintoso. Como dissemos acima, foi de um modo indisfarçado que a Casa Branca defendeu nesse documento o direito à intervenção na América Latina. Certas passagens encerram preciosidades:

1. (...) “A adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçá-los, embora com relutância (...) para o exercício de poder policial internacional” (...)

2. (...) “Nossos interesses e os de nossos vizinhos do Sul são em realidade os mesmos (...)”.

3. (...) “Eles só merecerão a nossa interferência em último caso, e então apenas se for constatado claramente que sua inabilidade ou fraqueza para executar a justiça em casa e no Exterior tenha violado os direitos dos Estados Unidos ou incitado a agressão estrangeira em detrimento do conjunto das nações americanas” (...)

4. (...) “os casos em que podemos interferir pela força das armas como fizemos para extinguir as condições intoleráveis da situação de Cuba são necessariamente bem raros” (...)

É preciso que se diga que o Corolário Roosevelt foi abolido no começo da década de 30 por outro Roosevelt — o Franklin Delano, seguramente o mais esclarecido presidente americano deste século. Naquele difícil tempo da crise, o imperialismo de papel passado e firma reconhecida se tornou demasiadamente antipático para ser mantido. Os interesses econômicos dos Estados Unidos na “nossa América” continuaram, mas passaram a ter de se harmonizar com a “Política da Boa Vizinhança”. Os **mariners** deixaram de acampar na América Central, como vinham fazendo com certa frequência.

Nos anos 50, a Guerra Fria emprestou novo caráter ao intervencionismo dos Estados Unidos na América Latina. Primeiro, deixou de ser visto como questão doméstica e passou a ser integrado no contexto internacional do combate ao comunismo. Segundo, os Estados Unidos passaram a agir através de forças locais cooptadas para seus interesses ou através de mercenários, não mais por meio de seus **mariners**, os quais foram se ocupar da Coréia e do Vietnam.

Na era Eisenhower/Foster Dulles, qualquer veleidade de desenvolvimento autônomo na América Latina ou reformas sociais combatendo a miséria começou a ser entendida como comunismo. Veja-se que, em 1954, a CIA derrubou o governo Arbenz na Guatemala que se atrevera a fazer reforma agrária com terras da **Unite Fruit**. E 1954 foi também o ano do suicídio de Vargas.

Nesse meio tempo, desde 1948, existia a OEA, um fórum internacional de debates por meio do qual os Estados Unidos decidiram coordenar uma política comum a todo o nosso continente em acordo direto com as divisões do mundo pós-1945.

Só no início dos anos 60, com a criação da Aliança Para o Progresso (APP) pelo governo Kennedy, os Estados Unidos decidiram encarar um fato inadiável: a luta contra o subdesenvolvimento latino-americano não era comunismo. A APP decidiu financiar com dólares das multinacionais o progresso desta parte do mundo, mexendo o mínimo possível nas estruturas vigentes. Claro está que a APP nada obteve, já que a luta contra o subdesenvolvimento não é uma questão meramente tecnológica e econômica e sim, sobretudo, uma questão humana e política.

Um fato novo na América Latina daquele momento foi a Revolução Cubana e a adesão de Cuba ao modelo socialista, saindo da órbita americana (1961). Em 1962, foi expulsa da OEA. Para os Estados Unidos, o desenvolvimento da América sob a égide do capitalismo dependente se tornou uma condição indispensável para a segurança das estruturas vigentes, fato que o levou a apoiar a nova situação implantada no Brasil em 1964 e a influir na organização do golpe chileno de 1973.

Atualmente, na era Reagan, o intervencionismo americano, especialmente na América Central, retomou as características da fase inicial da Guerra Fria. Só que os tempos mudaram. O Estado policial estilo Corolário Roosevelt e Foster Dulles já não consegue ser aceito facilmente, nem sequer dentro dos Estados Unidos, após o trauma do Vietnam. As necessidades de mudança social na América Latina se tornaram mais urgentes do que nunca e não será possível resolvê-las com a aplicação de superadas políticas hegemônicas, quer de modo velado, quer de modo ostensivo.

(Do Correio do Povo, Porto Alegre, 10-7-1983).

A INCAPACIDADE POLÍTICA DOS ESTADISTAS BRASILEIROS

Antônio dos Santos Figueiredo

Nós não temos classes dirigentes. Não temos “elites” e o regime não permite seleções. Também não há, em São Paulo e no Brasil, daquelas famílias tradicionais inglesas, cujos primeiros varões se entregam aos negócios públicos, transmitindo aos filhos qualidades e práticas excelentes. Alguém quis colher desses exemplos no Segundo Império. Eduardo Prado, ao traçar a biografia de Rio Branco, disse que este muito se parecia aos seus ascendentes ilustres. E lembrava as famílias que, na Grã-Bretanha, têm fornecido preciosos rebentos: os Cannings, os Pitt, os Gladstones.

Na República, no **democratismo brasílico**, as oligarquias dominantes não provieram de famílias distintas, de nobreza culta e sagaz, e que pudessem ter inoculado, aos seus representantes, energia de caráter, sinceridade, boas intenções, sabedoria. Até à proclamação da República, o fazendeiro era o sustentáculo das instituições. Quem era o fazendeiro? Membro proeminente da “aristocracia rural”, vulgarizada por alguns publicistas. Aristocracia em que sentido? Uma aristocracia bárbara e rotineira, muito boa para dirigir e maltratar negros em estado selvagem, mas inepta para conduzir uma sociedade com variadíssimos tipos étnicos.

Como já demonstramos, o fazendeiro, que se insurgia contra a escravidão, teve influência decisiva na fundação da República. Foi ele que empurrou para a frente os bacharéis, as inteligências, que decretaram uma lei básica, que aqueles não conheciam, e que foram adulterando ao sabor das conveniências daqueles. E esses bacharéis que monopolizaram o poder em todo o território? Não eram de linhagem; e não tiveram o cuidado de industrializar os filhos na arte difícilíssima de conduzir grupos humanos. Na sua maioria, filhos de lavradores, e, por conseguinte, rebentos da “aristocracia rural”, não prepararam os seus descendentes para os encargos futuros. Deram-lhes uma educação deficientíssima e acanhada. Não escolhiam, e nem escolhem ainda hoje, para se dedicarem a misteres tão complexos, os mais vivos, os mais lúcidos. Quem o afirmou não foi um revolucionário; foi o grande mestre de Direito, Pedro Lessa.

Numa conferência, que infelizmente não anda espalhada, traçou S. Exa. com muito chiste e humor, o perfil desses cavalheiros que enfeixam em suas mãos as prerrogativas perigosas. Um pai, que tem filhos, indica, aos mais inteligentes, os cometimentos valiosos: a engenharia, o comércio, a lavoura, a indústria. O mais peço, o mais enfezado, o mais

obtuso, ele o reserva para a política. “Bem; este serve para as lutas eleitorais; é possível que vá até à presidência da República”. Os congressos, as assembléias provinciais, as prefeituras, as secretarias — adiantava o mestre — estão cheias desses bípedes, que nos atormentam com os seus desregramentos e as suas prepotências...

Pedro Lessa, com o ser um erudito, amava a lei acima de todas as coisas. Não deve ser apontado como “anarquista perigoso”. Além do mais, patriota dos sinceros, dos sem mácula, infenso à desagregação e ao pessimismo. Também nunca se enfileirou entre os oposicionistas sistemáticos; julgava os seus contemporâneos com altiva independência, e as suas críticas acerbas visavam indistintamente a gregos e troianos. Despeito, não alimentava; subiu ao alto posto em que faleceu pelo seu esforço próprio, e nunca andou a mendigar favores e simpatias.

Portanto, a sua opinião sobre os estadistas indígenas tem um valor inestimável. Podemos, com desembaraço, tratar de algumas personagens, que tiveram excelentes oportunidades para nos engrandecerem, e que, no entanto, por incúria e incompetência, arrastaram-nos para a bancarrota, para a corrupção e para o esterquilínio.

Falemos tão somente do nosso Estado, que está sempre em ordem do dia. Não se pense que somos um Estado onde a inteligência não larga os seus vãos; se chegamos ao utilitarismo de agora, foi porque a relutância em aceitar a colaboração dos vultos de saber afugentou bons e leais paulistas, que se desenganaram e se sumiram acintosamente. Dr. Luiz Pereira Barreto, Arnaldo Vieira de Carvalho, Cincinato Braga, Júlio Mesquita, Vicente de Carvalho, João Mendes Júnior, Reinaldo Porchat, e, ultimamente, Amadeu Amaral, Plínio Barreto e outros, foram elementos que intervieram na política, com P grande, e jamais lograram ser distinguidos.

Luiz Pereira Barreto fez parte da Constituinte; trabalhou com afinco pela consolidação do regime; tudo o que escrevia era de interesse público. A ele se deve a derrubada das matas do Oeste e a conseqüente fundação de propriedades agrícolas e pastoris, fontes de riqueza do Tesouro. Quis ensaiar a cultura de vinhas e de frutas, no seu horto de Pirituba, no intuito de demonstrar que São Paulo podia retirar do seu solo outros produtos que não fosse somente café. Concorreu, com a sua experiência e a sua cultura, para que se aperfeiçoassem as diversas raças de gado existentes. Pelo livro, pelo jornal, pela conferência, divulgou ensinamentos práticos, que aproveitariam aos seus conterrâneos em geral. Pois este benemérito foi afastado cautelosamente dos arraiais governistas, onde a sua presença apoquentava os nossos bonzos. Antes de morrer, disputando uma cadeira de senador, que lhe foi oferecida, passou pelo dissabor de ser derrotado por um prelado obscuro e impatriota.

Outros militaram na política. Cincinato Braga e Júlio Mesquita ocuparam, de longe em longe, posições salientes. É exato. Esses, porém, e *mais os seus companheiros da dissidência, foram considerados, pelo Partido Republicano, elementos dissolventes, inadaptáveis, convindo pô-los de lado, mesmo nos momentos em que as suas luzes se afiguravam indispensáveis.*

As duas ou três dissidências verificadas no seio da agremiação política exclusivista, são prova irrefragável do profundo antagonismo entre a cultura e os chefes da democracia. Também Vicente de Carvalho se deteve, por meses, numa secretaria, e deixou traços inapagáveis de sua permanência; um incidente de nonada, uma casca de laranja, foi o bastante para que se aborrecesse, preferindo as musas ao borbórinho enervante da politicalha. Foi um alívio para os magnatas...

Os novos, ante o fracasso de tantos valores, retraíram-se, como é natural. Em semelhante ambiente, hostil e pesado, não era possível terem vida os que se comprazem com o desafogo e o movimento. Amadeu Amaral teve ilusões a respeito dos políticos. Atendo a apelos de extremados amigos, apresentou-se candidato a deputado estadual — modesto lugar, por via de regra, entregue a nulos e desprovidos de vontade. Nem isso consentiram; e o delicado literato teve que juntar mais esta decepção ao seu ativo. Protestar? Para que? Para dar azo a que coronéis insolentes se desmandibulassem à custa de pessoas simples e retas?

Existem no partido, é certo, alguns indivíduos, estimados pela sua ilustração e argúcia. Não citamos nomes, porque são conhecidíssimos. Antes não estivessem arregimentados: o seu silêncio e a sua preguiça dão tanto na vista, que dir-se-iam antes ter assinado, com os chefes, um pacto solene, e em virtude do qual se comprometeram a não aprofundarem, a sério, os problemas confiados ao estudo dos maiores. Muitos são oradores de raça, e os seus discursos raream; outros, jornalistas e literatos, mas os seus escritos, sobre assuntos que requerem o concurso da mentalidade de escól, não aparecem, nem mesmo nos órgãos oficiais. Que valem tais capacidades, asfixiadas pela disciplina e pela estreiteza? Talvez que, por fora, prestassem algum auxílio ao seu país ou à humanidade. São piores do que os que se encaminham para assembléias, guiados pelos lídimos chefes do caciquismo. Homens de responsabilidade intelectual, aviltam-se com semelhante procedimento. As acomodações, as transigências e o medo são impróprios de criaturas respeitáveis pela sua notória capacidade. É uma indignidade não trabalhar e não lutar; e quem, com humilhações, se submete a um comando desprezível, merece os anátemas dos pósteros.

Agora, digam: que estímulo pode ter uma mocidade vigorosa e de têmpera ante tantos desleixos e renúncias? Se a inteligência não é um diploma, se o preparo é secundário, os que começam a vida sentem-se

impelidos para a mediania; não querem concorrer para a relativa felicidade do povo. O dr. Evaristo de Moraes, em artigos no "Correio da Manhã", recordou, ainda há tempos, os feitos nobres que a sua juventude assistiu: a abolição e propaganda ideal da República. Havia, nessas eras, escrúpulos, abstinências, entusiasmo são entre os principais dirigentes. Quais os feitos de hoje? Covardias, mentiras, deslealdades. E mais suborno e curvatura de espinhas. Se os moços se dobrassem ante cavalheiros escolhidos, selecionados, vá que se perdoasse. Entre nós, porém, faz-se a seleção no sentido inverso: como o proclamou Pedro Lessa, os incapazes das famílias é que tomam a dianteira.

(**A Evolução do Estado no Brasil**, 99/107.
Porto, Empresa Industrial Gráfica Ltda.,
1926)

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E O FIM DE UMA COLÔNIA ANARQUISTA

Newton Stadler de Souza

Em 1892 os meios políticos do País estavam agitados. As incompreensões dos grupos dirigentes, insensíveis às reivindicações do povo, fermentavam os arraiais partidários.

A sociedade, mal sedimentada, com formações humanas em esboço, no caldeamento étnico, não permitia posições ideológicas definidas. Os partidos, à falta de filosofia pragmática e doutrinária, eram manifestações de atos e vontades de seus chefes, ora identificados com o latifúndio, ora com o incipiente e ainda nebuloso liberalismo.

Os ideais republicanos, complementados distorsivamente na prática, criavam insatisfações regionais, que, trabalhadas, de lado a lado, pelas correntes políticas, possibilitavam arregimentações eleitorais, preâmbulos de arregimentações de juntas revolucionárias, logo depois estimuladas. Entretanto, como os partidos, essas arregimentações vinham precedidas de vícios e de coações de variada ordem, a ilegitimar todo o organismo eleitoral.

Vespeiros incandescentes, os partidos e seus chefes não deixavam pessoa alguma em paz. Infiltravam-se pelas cidades, pelos campos, marcavam os homens pelos amigos que tinham, pelas visitas que recebiam. Ora, políticos conscientes sobre o regime dominante no Brasil, os colonos do núcleo Cecília não encontravam, nos programas e doutrinas capengas das agremiações, receptividades capazes de os atrair. Quase com frieza viam a agitação revolucionária crescer. Não encontravam de ambos os lados motivações conseqüentes para se perfilharem. Todavia, recebiam as sanções do neutralismo, em época que não aceitava neutralidade.

A definição dos anarquistas, na revolução, veio com episódio apolítico, que, pelos reflexos que provocou na Colônia, merece referência. Emílio Sigwalt, chefe de oposição ao legalismo, aconselhado por amigos de que se encontrava ameaçado de prisão, fugiu de Curitiba, demandando o interior, onde se ligava a núcleos coloniais franceses e italianos.

Portando-se cavalheirescamente, o visitante político foi bem recebido na Colônia Cecília, mormente por Giovanni Rossi, anteriormente alistado eleitor na Câmara Municipal de Palmeira, sob número de ordem 231, para dar salvo-conduto aos integrantes do núcleo anarquista. Sigwalt

demorou-se um dia todo entre os colonos. Viu o moinho de fubá de Egicio Cini, conversou com colonos, observou a predisposição dos mesmos contra o regime da propriedade dominante, açulou-os tanto quanto podia e disse-lhes que em Curitiba os ítalo-brasileiros eram antiflorianistas. Prosseguiu viagem.

Quando as tropas legalistas, no encalço de Sigwalt, chegaram ao núcleo, já não o encontraram. Querendo por qualquer forma notícia do foragido, tiveram o silêncio dos anarquistas. Como represália, a soldadesca inutilizou o moinho de fubá, jogou nas águas do riacho das Pedras o milho encontrado, requisitou mediante vales que nada representavam para os colonos toda a alimária encontrada. Instrumentos de trabalho, sementes, mudas, tudo foi arrebatado discricionariamente, jogando-se o material dilapidado nas águas de um tanque de Cini, tendo este sido preso e encaminhado para a Lapa, onde durante quarenta dias ficou sob custódia, enquanto sua mulher e filho foram alojados em casa de amigos, em Palmeira (depoimento de Hugo Cini em 8-12-66).

Os anarquistas, então, tomaram posição. Com sua comunidade destruída, com seus instrumentos de trabalho quebrados, com o desânimo a marcar a fisionomia de cada colono, alistaram-se contra os legalistas os que não tinham qualquer destino profissional pela frente. Mudaram-se, arrancaram restos de madeira, árvores frutíferas já plantadas, os que viam trabalho em municípios próximos.

Os que se alistaram para lutar, fizeram-no pela rebeldia à atitude das tropas governistas. Nenhuma identidade ideológica com o movimento revolucionário em curso. A maioria acompanhou o major-fiscal Ferdinando Perracine, que, integrado ao Batalhão Ítalo-Brasileiro formado em Curitiba pelo Dr. Colombo Leoni, fora investido no posto de "coronel". Concentrar-se-iam na Serrinha, nas proximidades da Colônia Cecília. Irritados como se encontravam, não acederam aos pronunciamentos do Agente Consular da Itália, Sr. G. Silva, que em manifesto *alla colonia italiana* reprovava o engajamento italiano com estas palavras: "Esorto i miei connazionali a mantenersi alieni da ogni partecipazione ai movimenti politici del paese, e astenersi da ogni ato che possa significare adesione a qualsiasi partito".

Com o engajamento de anarquistas no Batalhão Ítalo-Brasileiro, a Colônia Cecília desorganizou-se socialmente. Poucos os que podiam dar conta dos trabalhos, assoberbados com a destruição de instrumentos agrícolas e com pilhagens de cereais e requisição de animais. Os soldados que voltavam ao núcleo não permaneciam mais que poucas horas. A ausência dos amigos, a paisagem diferente do povoado, as casas vazias, desencorajavam radicações. Demais, o espocar de tiros na vizinhança, nas escaramuças da Serrinha, preocupava mais do que qualquer cogitação de trabalho. O ano de 1893 estava findando. A revolução aproximava-se do desfecho.

(...)

Então, de repente, a revolução acabou. Março de 1894: os jovens anarquistas que tinham participado de alguns entevos e marchas revolucionárias retornaram à Colônia. Sentiram a mudança. Colônia Cecília era arremedo do que fora. Pouca gente. As casas desertas. Os que ficaram, querendo partir. Ninguém na estrada.

O companheirismo de farda despertara nos jovens italianos a chama da vivência cidadina. Integraram-se a brasileiros. Tomaram gosto por certos hábitos, propagados e vividos na caserna. Os oferecimentos de emprego ocorreram. A realidade chocante de seu núcleo predispunha-os à decisão: debandada.

A debandada em massa dos que ainda ali permaneciam. Bientezzi e Mansani, Fecci e Minardi, Bruno Celli, que já estava num ir e vir de Curitiba, Umberto Verona, que se fixara em Palmeira, homens e mulheres, crianças de poucos meses, Domingos Garzino, a lembrança dos nomes nos escapa, mesmo aos descendentes que mais se identificaram com o núcleo colonial.

Os Agottani e os Mezzadri permaneceram. Sua vida privada ligava-se à terra, as raízes telúricas de sua formação sedimentaram no chão da Colônia um misto de coisas itálicas, assimiladas à geografia brasileira.

Rossi e família estavam descompromissados. Poderiam partir. O terreno que lhe fora doado, Giovanni Rossi deixou-o, com recomendações para que fosse ocupado por quaisquer colonos que resolvessem retornar. Encaminhou-se à casa de Miguel Schwartz, agradecendo-lhe pelos serviços prestados aos anarquistas. Cochenski teve lágrimas nos olhos, à despedida. André e Romilda Agottani foram obsequiosos no adeus. Disseram que Rossi podia seguir descansado, que o casal atenderia qualquer colono que voltasse (de fato, pelos anos futuros, os Agottani foram hospedeiros atenciosos aos que voltaram para ver o primeiro agasalho, no Brasil).

Para levar algo que representasse significação ao esforço que fizera, Rossi tomou enxada, destacou o cabo e guardou a ferramenta entre seus pertences. Muitos anos depois, na estação agrônômica de Rio dos Cedros, em Santa Catarina, exibiria orgulhoso a enxada, nas recordações de suas experiências, relatadas em conversas informais ao seu amigo Emmembergo Pellizzetti que as guardou em diário de memórias.

Com sua saída da Colônia fechou-se o ciclo colonizador anárquico. Colônia Cecília desaparecia. Seus integrantes passavam a desempenhar outro papel, o que seria mais importante na vida social paranaense.

Rossi, em viagem, em Taquari, com seus problemas, também teve seu destino ligado à amplitude das conceituações libertárias do Rio

Grande do Sul, de Santa Catarina e significou, para quantos trabalharam no Paraná, o doutrinador anarquista, responsável pela formação política de vários italianos que viveram intensamente as lutas sociais do fim do século passado e do começo deste.

(Newton Stadler de Souza, **O Anarquismo da Colônia Cecília**, págs. 130/132 e 138/139. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. Coleção "Retratos do Brasil", vol. 76).

*

*

*

BRAUDEL: EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO

Carlos Guilherme Motta

Sai em português, finalmente, a obra clássica de Fernand Paul Braudel, **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II** (2 vols., Editora Martins Fontes Ltda.), por certo o acontecimento mais importante de 1983 no campo da tradução para a língua portuguesa. Após a 1ª edição francesa, em 1949, a obra já foi traduzida para o italiano (1953), o espanhol (1953) e o inglês (1972), provocando o enorme impacto que dividiria a historiografia contemporânea em **antes** e **depois** de Braudel.

Com efeito, o historiador francês, discípulo de Lucien Febvre e Marc Bloch, consolidaria a escola formada em torno da revista **Annales**, constituindo-se no mais ativo interlocutor das ciências históricas com as outras disciplinas do tempo. Braudel levou à prática uma série de propostas, críticas e intuições de Febvre, seu mestre e autor de **Combats pour l'Histoire**, sem dúvida a figura maior da historiografia francesa deste século.

Embora muito tardia, a iniciativa dessa aguardada tradução — efetuada a partir da 4ª edição francesa de 1979, revista e ampliada — coube a Publicações D. Quixote, associada à Livraria Martins Fontes, contando ainda com apoio do Ministério de Cultura da França. Curiosamente, a venda é interdita em Portugal, não constando ainda o nome do tradutor português. Coisas do mundo luso-brasileiro. Mas o público visado, basicamente brasileiro, já conhece o historiador — provavelmente o mais citado da historiografia francesa entre nós —, visto já ter lecionado na então recém-fundada Universidade de São Paulo, nas famosas missões francesas, juntamente com Lévi-Strauss e outros. Foi após aquela experiência nos “tristes trópicos” que Braudel se tornou célebre, não mais retornando ao Brasil. Alegando razões políticas após 1964, recusaria inúmeros convites de colegas do Brasil, “um estranho país”, onde “o governo às vezes não é grande coisa, as instituições são o que se sabe...” Paradoxalmente, entre seus alunos e admiradores no Brasil, citam-se figuras ligadas ao regime de 1964, como o marechal Castelo Branco e o general Golbery do Couto e Silva.

A tradução da obra maior de Braudel — historiador de poucos mas inovadores livros e de artigos e ensaios fulgurantes — impõe uma retomada de suas idéias-diretrizes, que obrigaram o pensamento historiográfico

contemporâneo a um redimensionamento radical nos anos de 40 e 50. Com efeito, a nova visão interdisciplinar de Braudel contrapunha-se aos tradicionais estudos da história dos “fatos”, escrupulosamente levantados a partir de documentos “fidedignos”, narrados numa sucessão linear; era a chamada história historizante e positiva, mas que operava apenas na superfície dos acontecimentos. Contrapunha-se também às interpretações macroestruturais, tanto capitalistas quanto marxistas, em que as “bases econômicas” eram estudadas obsessivamente, tudo o mais constituindo decorrência delas; recorde-se que o pensamento marxista, que desvendara a problemática dos diversos níveis de historicidade dos fenômenos econômico-sociais, no século XIX, refluíra nos anos 30-50 para o uso dogmático de esquemas de interpretação mecanicista, com suas lineares visões de “etapas” históricas a serem cumpridas necessariamente, além da rígida dicotomia supra-estrutura/infra-estrutura explicando “tudo”. A nova visão de Braudel contrapunha-se, ainda, às grandes interpretações da vida das civilizações — tão em voga naquela época — de que Spengler e Toynbee eram representantes máximos (“duas concepções oportunistas de História”, dizia Febvre...). A obra mestra de Braudel é uma expressão do período de entre-guerras. Em 1939, já estavam definidas as linhas gerais de seu pensamento, que se condensariam na tese defendida na Sorbonne em 1947 e no livro publicado em 1949.

É curiosa a biografia desse livro, clássico desde logo. Embora o tema inicial tenha sido a política mediterrânica de Felipe II, pesquisa iniciada em 1923, Braudel logo se deu conta da limitada abrangência da tradicional história diplomática. Tratar-se-ia apenas de uma história centrada na definição das responsabilidades da equipe de governo do Rei Prudente, de sua política em relação ao papel mundial da Espanha nos fins do século XVI e primeira metade do XVII. O discípulo de Febvre logo se deu conta de que tal abordagem desprezava, “em grande medida, os dados da organização social, da religião e também das letras e das artes (grandes testemunhas da história verdadeiramente válida), e que, entrincheirada em seus preconceitos, recusava qualquer olhar que se estendesse para além dos gabinetes e abrangesse a vida real, fecunda e densa” (p. 24). E que no fim do século XVII, a Espanha, espalhada por meio mundo e ameaçada em sua própria existência, vê-se obrigada a cuidar de sua política atlântica. O “jogo subterâneo” das forças que impulsionavam a política de um Felipe II ou de um D. João da Áustria passava a ser então o projeto primordial da pesquisa, em detrimento dos próprios atores. Felipe II perdia importância, em benefício do tema maior. Nada menos que um mar.

Essa viragem na focalização do tema, Braudel aprendeu-a com Febvre, o autor de *L'Incroyance au XVIe. siècle. La Religion de Rabelais*. Para Febvre não se tratava apenas de estudar minuciosamente o comportamento de François Rabelais, para saber se era ele crente ou incrêuo; o

problema, para o pai dos **Annales**, era investigar até que ponto alguém poderia não ser religioso no século XVI, de alguma forma. Do mesmo modo Braudel mudou o título (e o enfoque) inicial de sua tese **Felipe II e o Mediterrâneo** para o atual. Sugestão de seu orientador Febvre.

Nessa maneira de inverter a proposta de investigação, operava-se uma importante viragem na própria concepção contemporânea da História. A **maneira nova de perguntar** — traço forte da escola dos **Annales** — , o que de fato sustentava e em que cenário atuava um personagem como Felipe II levou Braudel à consideração de que o Mediterrâneo — o Mar Interior — não era apenas um pano de fundo, como a historiografia até então o tratara. “O Mediterrâneo teve uma história própria, cumprindo seu destino através de uma vida plena e vigorosa” (p. 24). Na verdade não é um mar, mas um conjunto de mares, um “falso-belo tema”, ainda para citar seu desafiante professor Febvre. E, sobretudo, demonstra-o Braudel, é falsa a velha tese de que o Mediterrâneo estava em decadência ao iniciar-se o chamado período moderno. Bem ao contrário. Em qualquer hipótese, ficava derrubado um mito historiográfico: já não um homem, um regime ou um grupo social eram o tema escolhido, mas um **mar**. Um mar em toda a sua complexa e densa historicidade.

Nessa viragem, Braudel descobre a fecunda problemática dos tempos históricos, ou melhor, das diversas historicidades que o assunto do Mar Mediterrâneo lhe permitiu descobrir. Assim é que, decompondo a história em planos superpostos, distingue ele um tempo geográfico, um tempo social e um tempo individual. É bem verdade que tais “tempos” não podem ser isolados, e que a obra, dividida em três partes, pressupõe a articulação entre esses três níveis de historicidade. Mais instigante como exercício de historiador, é que cada parte constitui uma unidade em si mesma, e a partir de cada uma Braudel ensaia uma interpretação de conjunto.

Na primeira parte, uma história lentíssima é considerada. Uma história “quase imóvel, que é a do homem nas suas relações com o meio que o rodeia, uma história lenta, de lentas transformações, muitas vezes feita de retrocessos, de ciclos sempre recomeçados”. Braudel também aí inova, pois reage às famosas descrições geográficas introdutórias dos livros de História, sempre abandonadas depois. Não se trata disso. Propõe, ao contrário, essa história “quase fora do tempo”, de relação com as coisas inanimadas. Esse tempo lentíssimo do Mediterrâneo é descoberto: sobreposto a ele, a vida de **um Felipe II** dura uma fração quase desprezível. Ou a batalha de Lepanto — um dos pontos máximos do livro, em matéria de **descrição** — se reduz a episódio quase fugaz, considerada a nova medida braudeliiana.

Na segunda parte, a história social, a “história dos grupos e agrupamentos”. Trata-se de uma história de ritmo lento, mas não pratica-

mente imóvel como a primeira. Nesse passo, Braudel analisa as economias, as formas políticas, as sociedades e civilizações, mostrando as “vagas de fundo” que regem a vida do Mediterrâneo. E explica como se dão as guerras, como expressão dessas “forças profundas” das sociedades. Caem por terra (e por mar) as velhas concepções de história-batalha, relativizam-se as explicações baseadas nas ações individuais na História.

Na terceira parte, a história tradicional. Ressurge, mas em nova dimensão, a história “*événementielle*”, a história dos acontecimentos. Trata-se da história de superfície, de “oscilações breves, rápidas, nervosas”. Uma história ultra-sensível, a história tal como foi descrita e vivida pelos contemporâneos, agentes que tiveram vidas “breves como a nossa”. “No século XVI, à verdadeira Renascença seguir-se-á a Renascença dos pobres, dos humildes, que se dedicam a escrever, a contar-se, a falar dos outros”. Dessa história “ainda quente”, Braudel dirá que os historiadores que leiam “os papéis de Felipe II encontrarão um mundo bizarro, como que deslocado do seu tempo e lugar próprios, um mundo de paixões vivas, irrefletido, agitado, hostil a uma análise serena e profunda” (p. 26). Mas seu conteúdo se desvenda se forem detectadas as forças subjacentes e silenciosas, “cujo sentido só se revela se trabalharmos com dilatados períodos de tempo”. Nessa perspectiva, a política dos Hasbsburgos; os Estados como empresários; as guerras e epidemias (a peste como “estrutura” do século, p. 370); as possibilidades de comparações com outras épocas (“só o Mediterrâneo do século XVI corresponde, *mutatis mutandis*, ao mundo inteiro de 1939”, p. 417) e extrapolações que incluem as experiências de Aldous Huxley; o estudo das fartas memórias de comerciantes etc.; tudo isso só se esclarece se considerados esses níveis de diferentes historicidades. Historicidades que definem “patamares” diferentes, superpostos, interrelacionados, com tempos variáveis de **duração**.

Duração (*durée*), eis a palavra-chave da teorização com que Braudel abriu novas sendas na historiografia do século XX. As discussões sobre a longa (“*longue durée*”), a média e a curta durações constituem a proposta mais rica que o consolidador das escola dos **Annales** nos legou. Raros foram os pesquisadores do pós-guerra, críticos, que direta ou indiretamente não seguiram suas pistas e intuições. Raramente o fizeram, é bem verdade, com a abrangência e o espírito interdisciplinar que se encontra em **O Mediterrâneo**. Até mesmo os cultivadores da história das mentalidades aprofundaram certas formulações suas, segundo as quais “os quadros mentais são prisões de longa duração”, ou seja, por vezes um sistema econômico pode mudar, mas não mudam de imediato certos valores e hábitos mentais.

Mais recentemente, críticas têm sido feitas ao historiador. A começar pela noção de capitalismo que subjaz em sua obra. Mas tudo isso talvez desapareça na “*longue durée*”, em face da importância ineludível

desse historiador instigante que se perguntava, logo após a II Guerra, se podia existir “um humanismo atual sem uma história ambiciosa, consciente de seus deveres e dos seus imensos poderes”. E Braudel (hoje com sólidos 82 anos) engatilhava a resposta, citando a advertência de Edmond Faral, válida ainda para os aprendizes de historiador que se perdem em questiúnculas metodológicas de província: “Foi o medo da grande história que matou a grande história”.

(De **Cultura**, supl. de “O Estado de S. Paulo”, nº 194, de 26-2-1984)

(*) **Nota de Redação.** Fernand Braudel, ainda nos seus “sólidos 82 anos” quando este artigo foi publicado, veio a falecer menos de dois anos depois, aos 28 de novembro de 1985. Da triste ocorrência, que representou irreparável perda para a historiografia contemporânea, esta publicação ocupou-se em seu nº 120, out./dez. de 1986.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Andrade, Diva Carraro de (e Maria Angélica Rodrigues Quemel) – Teses de brasileiros e sobre o Brasil defendidas na França: 1970-1980. Com a colaboração do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983. (Biblioteca de Filosofia e Ciências Sociais, série especial nº 2). 122 p.

Elaborando o trabalhoso elenco constante deste volume, desejaram os autores contribuir para o estudo das relações entre a França e o Brasil no que concerne aos estudos de brasileiros na França e de franceses sobre o Brasil. Arrola 384 referências de trabalhos acadêmicos, sobre os mais diversos assuntos, com indicações precisas quanto ao local onde as teses podem ser encontradas. Infelizmente falta no volume uma indicação das teses que eventualmente já tenham sido publicadas. De qualquer maneira, porém, trata-se de trabalho valioso e de grande utilidade, tal como o que foi elaborado, há alguns anos, pela Professora Dulce Helena Pessoa Ramos, com relação às teses elaboradas nos Estados Unidos. ONM (Cortesia do Departamento de Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo).

Bandecchi, Brasil – Elementos de história do direito brasileiro. Segunda edição. São Paulo, Pannartz, 1984. 95 p.

Publicado originalmente na “Revista do Arquivo Municipal”, de São Paulo (vol. 179, de 1969), reaparece agora, em segunda edição, acrescido de três capítulos, este útil e oportuno trabalho do saudoso historiador, que, em poucas páginas, oferece-nos sucinta e bem elaborada síntese de um dos temas mais importantes da cultura brasileira. Os novos capítulos tratam de “Legislação de imprensa”, “Os estatutos do Visconde de Cachoeira e os cursos jurídicos” e “O casamento na monarquia”. No segundo, tratou o autor de assunto bem de seu agrado, qual o início da Faculdade de Direito de São Paulo e os percalços de sua criação. Os demais versam sobre: “Ordenações do reino”, “Da justiça”, “Constituição do império”, “Notas sobre o processo eleitoral na monarquia”, “Codificação das leis civis” e “Código penal de 1830 e Código de processo penal de 1832”. ONM (cortesia do autor).

Calógeras, Pandiá — O Marquês de Barbacena. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982. 97 p. (Coleção “Temas Brasileiros”, v. 19).

Desde a publicação da obra de Antônio Augusto de Aguiar (1896), valiosa pela grande documentação que encerra, nada mais se escrevera em livro sobre a curiosa figura de diplomata e militar do Primeiro Reinado, que foi Felisberto Caldeira Brant, Marquês de Barbacena. Daí a oportunidade do livro de Calógeras, que estuda a participação de Barbacena em três grandes momentos daquele período tão importante da vida brasileira: no reconhecimento da independência, na campanha militar de que resultou a perda da Cisplatina (o Uruguai de hoje) e nas negociações para o segundo casamento de Pedro I. A obra de Calógeras foi primeiramente publicada em 1932, como volume segundo da coleção “Brasileira”, recém-criada pela Companhia Editora Nacional. Foi reeditada apenas uma vez, na mesma coleção, em 1936. Datando a obra de mais de meio século, e estando esgotadas as duas edições anteriores, nada mais oportuna que a presente reedição, levada a efeito pela Universidade de Brasília, integrando a preciosa coleção “Temas Brasileiros”. O estranho — e ainda imperdoável falha bibliográfica — é que não haja no presente volume nenhuma referência às edições anteriores, dando ao leitor a falsa impressão que se trata de livro que pela primeira vez se publica. No entanto, data já de mais de cinquenta anos. É claro que isto em nada tira o valor da reedição, mas bibliograficamente, seria muito importante uma referência às edições anteriores. Mas, a Editora da Universidade de Brasília não é a única a proceder desta maneira...ONM

Consorte, Josildeth Gomes & Negrão, Lísias Nogueira — O messianismo no Brasil contemporâneo. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Univ. de São Paulo/Centro de Estudos da Religião, 1984. 428p. (Col. “Religião e Sociedade Brasileira”, v. 1).

Este primeiro volume da nova coleção “Religião e Sociedade no Brasil” reúne dois trabalhos que enfocam casos recentes de movimentos messiânicos brasileiros: a “Fraternidade Eclética Espiritualista Universal”, surgida no Rio de Janeiro em 1945 e transladada para os arredores de Brasília em 1960, e a “Casa de Caridade Jesus no Horto”, de Campina Grande, Paraíba, 1961/1979, conhecido por “Borboletas Azuis”. São movimentos que fogem aos moldes de seus congêneres famosos, tais como Canudos, Juazeiro e Contestado. Enquanto estes pertencem à história e irromperam no bojo de sociedades rurais de tipo patrimonialista, dentro dos horizontes do catolicismo rústico, os movimentos analisados são atuais e constituíram-se no

contexto social de grandes aglomerados urbanos, mobilizados por uma cosmovisão religiosa espírita. Tendo a orientá-los a Professora Maria Isaura Pereira de Queiroz e o saudoso Professor Duglas Teixeira Monteiro, significa isto aval precioso para os trabalhos ora publicados, refletindo ambos, não apenas a orientação dos mestres, mas a capacidade e o tirocínio demonstrado na elaboração da pesquisa honesta. Metodologia adequada e indicação segura das fontes dão aos trabalhos o indispensável embasamento científico, sem o qual pouco valor teriam, valendo apenas pela curiosidade. Longe disto. Trata-se de pesquisas das mais sérias que temos visto. ONM (Cortesia da Seção de Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo).

Dantas, Arruda – Mons. Castanho/Aluísio de Almeida. São Paulo, Pannartz, 1985. 65 p.

De Monsenhor Luís Castanho de Almeida, que se tornou conhecido literariamente por Aluísio de Almeida, já nos ocupamos em o nº 102 desta publicação, quando lhe dedicamos a seção “Vultos da historiografia brasileira” (abril/junho de 1981). O presente volume vem completar e complementar o que então escrevemos. O autor procedeu a um levantamento completo de toda a produção literária e histórica do historiador de Sorocaba, “historiador por excelência do povo paulista”, como dele dizia Afonso de Taunay. De fato, sem sua contribuição, dificilmente se estudará convenientemente certos temas significativos para a história paulista, como o tropeirismo, o comércio com o sul do Brasil, a revolução liberal de 1842 e o povoamento do sul do Estado. ONM (cortesia do autor).

Fausto, Boris – Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924. São Paulo, Brasiliense, 1984. 294 p.

“O que se retrata neste livro é um período de mudanças profundas para o Brasil. Foi nessa fase que se sentiram as conseqüências da abolição da escravidão, da imigração estrangeira, do nascimento das fábricas e do surgimento da massa operária especialmente numa cidade pequena, de pouco mais de 35.000 habitantes, como era São Paulo. O autor examina o fenômeno da criminalidade nessa fase, pensando o contexto de mudanças sociais da cidade. Sua preocupação não se limita à criminalidade envolvendo aqueles que estão à margem dessas mudanças, mas tenta compreender também o código de ética social da época, a ideologia que move a sociedade para a condenação ou absolvição dos homicidas, prostitutas, assaltantes e criminosos sexuais. Assume o livro importância particular nos dias de

hoje, para a compreensão de uma realidade semelhante àquela do começo do século e que voltamos a presenciar”. (Nota da editora). De nossa parte, acrescentamos, quanto ao autor, ter ele publicado excelente livro sobre a revolução de 1930 e ter continuado a obra de Sérgio Buarque de Holanda na direção e coordenação dos últimos volumes (8º ao 11º), correspondentes ao período republicano, da **grande História Geral da Civilização Brasileira**, da Difel, cuja publicação demandou quase um quarto de século. Nesta obra, são da autoria de Boris Fausto os capítulos “Expansão do café e política cafeeira” (vol. 8º) e “A crise dos anos 20 e a revolução de 1930” (vol. 9º). ONM (Cortesia da editora).

Oliveira, José Teixeira de – História do café no Brasil e no mundo. Pref. de Theophilo de Andrade. Rio de Janeiro, Kosmos, 1984. 439 p.

Poder-se-á perguntar se, depois dos quinze volumes de Afonso de Taunay, ainda há o que escrever sobre o café. E a resposta tem de ser pela afirmativa: há. Prova-o o livro aqui registrado, de José Teixeira de Oliveira, a quem já deve a bibliografia nacional um **Dicionário brasileiro de datas históricas** e uma **História do Estado do Espírito Santo**, da qual nos ocupamos quando de seu aparecimento, em 1952. Mestre Taunay elaborou sobre o café um livro-fonte, reunindo precioso documentário. Livro prolixo, desordenado, sem espírito crítico, mas indispensável por reunir informações que dificilmente encontraríamos em outro local. Mas, livro para ser “consultado” e não “lido”... Já Teixeira de Oliveira, sem desprezar o embasamento documental, imprescindível em qualquer obra histórica, produziu um livro para ser “lido” e, obviamente, também para ser “consultado”. Percebeu-o bem o prefaciador: “José Teixeira de Oliveira estudou-o a fundo (o café), dando-nos um testemunho completo da aventura por ele vivida, nestes dois séculos e meio. É um depoimento que interessa à geração atual, como deverá interessar às gerações futuras”. Mais de um terço do volume é dedicado ao café “no mundo”; os outros dois terços, ao café “no Brasil”. Num e noutro, soube o autor dar um toque profundamente humano ao livro, não se prendendo aos quadros estatísticos ou aos aspectos puramente quantitativos que a história do café necessariamente há de implicar. Usa-os quando é preciso, é claro, mas sem se deixar “amarrar” por eles; ao contrário, sabe dosá-los, o “quantum satis”, para não cansar o leitor. E sem contar — o que nos parece muito importante — o destaque muito grande que deu aos aspectos sociais (e também culturais) da história de nosso principal produto. ONM (Cortesia do autor).

Sampaio, Consuelo Novais — O poder legislativo da Bahia. Primeira República, 1889-1930. Salvador, Assembléia Legislativa/Universidade Federal da Bahia, 1985. 111 p.

“Este brilhante ensaio resultou do feliz encontro da sensibilidade política da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia com a eficiência e a capacidade de uma profissional de excelente formação universitária. PhD. pela John Hopkins University, autora de importante livro sobre os partidos políticos baianos na Primeira República, professora em quem os conhecimentos da História se encontram com os de Ciência Política, a autora é a principal responsável pela concepção e realização do projeto de pesquisa que identificou e entregou as informações que seguram as colocações deste trabalho. Mas ela também acrescentou às suas qualificações acadêmicas a dedicação obstinada que permitiu a montagem da pesquisa, sua progressão, análise dos elementos coletados e redação, em tempo reconhecidamente curto e apertado”. Estas palavras, constantes do prefácio de um dos mais qualificados historiadores baianos dos nossos dias, o Professor Luís Henrique Dias Tavares, fazem ressaltar, mais que qualquer outra coisa que se pudesse dizer, o interesse do volume que aqui se registra, contribuição substancial à história política da terra baiana. Aliás, não apenas política, mas igualmente a social e econômica. Gráficos bem elaborados, fontes bem indicadas, tudo a fazer o leitor sentir a seriedade do trabalho. A louvar-se o interesse da Assembléia Legislativa Baiana em editar o livro. ONM (Cortesia do dr. Pinto de Aguiar, do Rio de Janeiro).

Trindade, Liana Salvia — Exu, símbolo e função. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/Centro de Estudos da Religião, 1985. 236 p. (Col. “Religião e Sociedade Brasileira”, v. 2).

Constitui este volume significativa contribuição ao estudo das religiões afro-brasileiras. Elegendo Exu, figura mítica central do universo simbólico destas religiões, como foco central de sua análise, a autora “faz nela convergirem suas preocupações teóricas com as dicotomias Religião/Magia e Cultura/Personalidade, vistos tais pares conceituais tanto em sua oposição quanto em sua continuidade. No plano empírico, através do levantamento de preciosos depoimentos de filhos de Exu, interpretados a partir deste referencial, chega a documentar a permanência de aspectos essenciais do pensamento mítico-mágico africano no umbandista atual. Retoma ela, portanto, a problemática da memória africana no contexto da sociedade

brasileira, porém de forma renovada e criativa” (Da apresentação).
(Cortesia da Seção de Publicações da Faculdade de Filosofia da
Universidade de São Paulo).

*

PERIÓDICOS

Revista Brasileira de Filosofia, vol. 34, fasc. 140, out/dez 1985. Publicação do Instituto Brasileiro de Filosofia, São Paulo. **Conteúdo:** Notas sobre poder e comunicação (Tércio Sampaio Ferraz Júnior); Questões teóricas relacionadas à filosofia brasileira (Antônio Paim); Esboços para uma epistemologia das significações e suas projeções sobre o direito (Luís Alberto Warat); Valor, verdade e participação: traços fenomenológicos (Creusa Capalbo); Filosofia brasileira “versus” filosofia no Brasil ? (Onésimo Teotônio Almeida); A análise social na perspectiva filosófica-cristã (Pe. Stanislavs Ladusans); Habermas e Bergson: um paralelo (Myrna Botelho Guimarães; Noticiário cultural; notas e comentários; bibliografia.

Revista Brasileira de Sociologia, vol. VIII, nºs 1 e 2. Campinas, 1983. **Conteúdo:** Alfonso Trujillo Ferrari, perfil de um mestre (Antônio Carlos Gil); Ideologia e Sociologia II (Alfonso Trujillo Ferrari); Os modelos básicos da Sociologia (Cláudio Souto); Ciência básica e aplicada, técnica e filosofia (Eva Maria Lakos); Criminalidade e suas causas (Maria Lúcia Melo); Previdência social e ordem política (Maria José D’Ambrosio).

Revista de Antropologia, vols. 27/28. 1984/1985. Departamento de Ciências sociais da Universidade de São Paulo. **Conteúdo:** O I Encontro tupi: uma apresentação (Lux Vidal); Bibliografia etnológica básica tupi-guarani (Eduardo B. V. de Castro); Uma etno-história tupi (Roque de Barros Laraia); Relações internas na família lingüística tupi-guarani (Ayrton D. Rodrigues); Os deuses canibais (Eduardo B. V. Castro); Asurini do Xingu (Regina A. Polo Müller); Xamanismo e cosmologia asurini (Lúcia M. de Andrade); Música e xamanismo entre os Kayabi do Parque do Xingu (Elizabeth Lins); O “payemeramaraka” kamayurá: uma contribuição à etnografia do xamanismo do alto Xingu (Rafael Bastos); O pajé waiãpi e seus espelhos (Dominique Gallois); Os parakanã (Lux Vidal); Os surui da Rondônia: entre a floresta e a colheita (Betty Mindlin); Os Cinta Larga (Carmen Junqueira); Reflexões críticas sobre o tratamento dos mitos (Etienne Samain); A vontade de ser: notas sobre os índios urubu-kaapor e sua mitologia (Etienne Samain); Mito e discurso (Eni P. Orlandi); Contribuição ao estudo das relações tribais na área Tapajós-Madeira (Miguel Menéndez); Os índios negros ou os carijó de Goiás (André A. de Toral); O direito indígena e a ocupação territorial: o caso dos índios Tembé do alto Guamá (Expedito Arnaud); Os tenetehara-guajajara: convívio e contaminação (Edson Soares Diniz); Tecelãs tupi do Xingu (Berta G. Ribeiro); comunicações, noticiário; bibliografia; in memoriam: Nil do Macuco, Hiroshi Saito e Vicente Unzer de Almeida.

Revista de História, nº 115, jul/dez 1983. Universidade de São Paulo. **Conteúdo:** O projeto republicano de educação superior e a Universidade de São Paulo (Elza Nadai); Imigração: um tema controvertido na voz dos plenipotenciários da

oligarquia cafeeira (Zita de Paula Rosa); A presença britânica na corte siciliana de Frederico II de Hohenstaufen (Jônatas Batista Neto); Revolução Industrial e reformismo social na Inglaterra pré-vitoriana (Maria Odila Leite Silva Dias); Historia de la Iglesia en América Latina: uma interpretación (Enrique Dussel); Mexico: el estado y la unidad nacional cardenista (Werner Altmann); A cultura material no estudo das sociedades antigas (Ulpiano Bezerra de Menezes); Democracia grega antiga e ideologia brasileira contemporânea (José Antônio D. Trabulsi); Estratificação social e luta política no Portugal do século XIV (Victor Deodato da Silva); Georges Duby e o outro lado do feudalismo (Hilário Franco Jr.); Immanuel Wallerstein e o moderno sistema mundial (José Jobson de Andrade Arruda); Política rural no Rio Grande do Sul: levantamento bibliográfico (Luiza Helena Schmitz Kliemann; Resenhas críticas; notícias bibliográficas.

NOTICIÁRIO

A MORTE DE FRANCISCO MIGNONE

Com a morte de Francisco Mignone, ocorrida em 19 de fevereiro do corrente ano, perdeu o Brasil uma de suas mais autênticas glórias musicais, “talvez o músico mais completo que possuímos”, no dizer de Vasco Mariz. Falecendo com quase noventa anos e ainda em plena atividade criativa, deixou uma obra imensa, abrangendo as mais variadas formas de composição, vocal, instrumental e orquestral. Seu catálogo, dentre os compositores brasileiros, é somente superado pelo de Villa Lobos.

Não tive o privilégio de conhecê-lo pessoalmente, mas posso me gabar de um razoável conhecimento de sua obra, que acompanho desde quando, fixando-me em São Paulo lá pelos idos de 1936, tive o prazer de comparecer a um concerto da Orquestra Sinfônica Municipal, em cujo programa figurava uma de suas maiores obras, **Maracatu do Chico Rei**. Despertou-me enorme interesse e quis conhecer outras obras do compositor paulista, então na altura dos seus quarenta anos. Mas, naquela época eram raríssimos os discos de música erudita brasileira e, mais raros ainda, os concertos onde ela pudesse ser ouvida. Ao tempo dos discos de 78 rotações, de Mignone, creio só havia gravações da **Congada**, de uma das **Fantasia Brasileira**, de algumas **Valsas de Esquina**. Com o surgimento da gravação em microsulco, alargou-se consideravelmente a possibilidade de conhecimento da música erudita brasileira, embora ainda muito longe do desejado.

Dos compositores brasileiros, Mignone foi um dos mais beneficiados pelo disco. Suas obras mais importantes e significativas foram transpostas para as estrias sonoras, conforme arrolamento, certamente não completo, que, ofereço aos interessados, na seção de música deste mesmo número. Vale observar que a **Congada** (que faz parte da ópera **O contratador de diamantes**) teve sua estréia no Rio de Janeiro, em 1923, pelo grande Richard Strauss à frente da Filarmônica de Viena.

Ao contrário de tantos compositores, Mignone não parou no tempo: evoluiu sempre e algumas de suas últimas obras são verdadeiramente “de vanguarda”. Dele se poderá dizer o que se dizia do poeta Cassiano Ricardo: foi um contemporâneo de todas as gerações. ONM

CENTENÁRIO DO TREM PARA SANTO AMARO

O dia 14 de março do corrente ano assinalou o transcurso do centenário da inauguração da antiga ferrovia que ligava a capital paulista à então distante localidade de Santo Amaro, hoje incorporada à área urbana da grande metrópole, mas que até 1932 conservou sua autonomia municipal. A “Carril de Ferro para a Vila de Santo Amaro” tinha sua estação inicial no bairro da Liberdade, em frente à rua São Joaquim. Daí, ter este nome. E num percurso de dezoito quilômetros alcançava a vila de Santo Amaro. A empresa mostrava-se pioneira na ligação ferroviária da capital com as vilas adjacentes. A inauguração foi bastante festiva, contando com a presença do Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, então presidente da província. Ao longo do trajeto haviam seis estações e algumas delas deixaram seus nomes em atuais bairros da capital. Com o correr dos anos, a velha ferrovia, com seu percurso bastante modificado, foi transformada numa linha de bondes elétricos e como tal funcionou até a década de ‘50, quando foi suprimida. Nesta nova fase, seus veículos não mais partiam da rua São Joaquim, mas da Praça da Sé.

Uma boa descrição dessa ferrovia encontra-se no volume sobre a Vila Mariana, da série **História dos Bairros de São Paulo**, editada pelo Departamento de Cultura da municipalidade paulistana. É autor deste volume Pedro Domingos Masarolo e de seu livro transcrevemos o que segue:

“A vila de Santo Amaro estava nesse tempo em franco progresso. Havia ali muita cultura e muita criação. Era o trabalho dos colonos alemães, ajudados por nossos caboclos que aparecia. Também o trecho que a estrada ia percorrer possuía já muitos moradores garantindo assim passageiros e cargas. A lenha, o combustível usado na época, viria a ser transportada por ela, pois a zona de Santo Amaro era a maior fornecedora da cidade, transporte esse que era feito até ali por carro de boi. É feito o aterro do Vergueiro, onde está hoje o paredão com grades de ferro. No Morro Vermelho, ali no Santo Agostinho, são feitos maiores cortes e assentados os trilhos, saindo o trem da estação inicial, que era em frente à rua São Joaquim, onde hoje é uma estação de força da Light e, subindo a atual rua Vergueiro, chegava até a rua Paraíso. Dali seguia em linha quase reta numa paralela à Estrada do Vergueiro, porém, aproveitando o terreno mais alto daqueles sítios. Ia pela hoje rua Domingos de Morais até o largo que mais tarde teve o nome do bairro. Neste largo, precisamente onde existiu a estação de bondes (atual Praça Teodoro de Carvalho), construiu a Estrada as suas oficinas. Dali saía um ramal para o bairro do Cambuci, que seguia pelas atuais ruas Neto de Araujo e Lins de Vasconcelos, até o largo princi-

pal desse bairro. Não parava porém ali o trecho: seguindo, o trem ia pela então baixada do Glicério até o Mercado Municipal, na rua 25 de Março.

De Vila Mariana continuava e na altura da atual rua Sena Madureira saía outro ramal, que ia até o Matadouro Municipal, que estava sendo construído. Voltando ao nosso trem: este, depois de deixar a parada **Chave** (donde saía o ramal do Matadouro), fazia outra parada logo adiante. Era a Capela da Saúde, naquele tempo simples e pobre, onde o povo comparecia aos domingos quando vinha o pároco da cidade ou de Santo Amaro. A seguir, a **Parada Bosque**, na atual Praça da Árvore. Outra parada era a **Estação Nova**, no antigo Parque Imperial. Depois, vinha uma estação de certa importância — do **Encontro**. Ali havia um chefe que manobrava o tráfego das composições que vinham de Santo Amaro e também dava a linha para os trens procedentes da cidade, com telefone ligado às estações de Vila Mariana e Volta Redonda. A linha da Ferrocarril era singela e não possuía o sistema moderno do **staff**, ainda não usado no Brasil, sendo o serviço de segurança feito unicamente pelo telefone particular das estradas de ferro.

Essa estação se localizava no fim da Avenida Jabaquara, próximo ao atual Aeroporto de Congonhas. Ao partir dali, o trem chegava então à próxima parada que era **Elias Chaves**, atravessando a atual pista do aeroporto que, naquele tempo, era o sítio da família de Elias Chaves. Adiante era a parada do **Buraco do Peixe** — atual bairro do Aeroporto — local onde havia uma água que, muitas vezes, quando a composição que vinha de Santo Amaro com muita carga, gastando muito vapor ou por motivo de algum vazamento na caldeira, se abastecia ali para poder seguir viagem. A seguinte não era uma parada: era outra estação também com chefe e telefone, **Volta Redonda**. Depois vinha a parada **Cordeiro** e depois a parada **Galinheiro** (derivado de uma granja que ali existia), na atual Vila Helena. Mais duas paradas: **Alto da Boa Vista**, onde hoje é a Chácara Flora, e **São José**, perto do convento do mesmo nome, antes de chegar à estação terminal, que era **Santo Amaro**.

A linha tinha bitola de 60cm e as composições geralmente eram formadas de quatro a seis vagões e corria na velocidade de mais ou menos 40 quilômetros horários.

*

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA

Outro centenário significativo foi assinalado em março do corrente ano: o da criação da Comissão Geográfica e Geológica, entidade que, após várias reformas administrativas e estruturais, veio a transformar-se no

atual Instituto Geológico do Estado. Criada pelo Conselheiro João Alfredo, então presidente da Província de São Paulo, de sua organização e direção incumbiu-se o grande geólogo Orville Derby, nascido nos Estados Unidos, mas que desde 1870 vivia no Brasil e onde permaneceu até o seu falecimento em 1915. De Orville Derby já nos ocupamos num dos primeiros números desta publicação, pois, além de geólogo, dedicou-se também à história, publicando diversas monografias valiosas, principalmente sobre o passado paulista.

À velha Comissão Geográfica e Geológica, São Paulo ficou devendo um dos maiores empreendimentos científicos já levados a efeito em nosso País, qual seja o reconhecimento geográfico de quase metade do território paulista, sobretudo os vales dos grandes afluentes do Paraná. Os relatórios desses trabalhos, para os quais Derby contou com a colaboração, entre outros do grande sábio baiano Teodoro Sampaio, que, a seu convite, veio para São Paulo, representam marcos significativos da história das explorações geográficas, especialmente quando se considera que todo esse trabalho imenso foi realizado em época ainda desprovida dos recursos que a ciência e a técnica oferecem hoje à pesquisa científica.

Realizada essa fase, por assim dizer gloriosa, de seus trabalhos, jamais descuidou a Comissão de sua tarefa de “cobrir” o Estado com magníficos levantamentos cartográficos, que constituem instrumental indispensável para os trabalhos de geografia e geologia. E posteriormente, com os modernos recursos da aerofotogrametria, obviamente ampliou-se consideravelmente seu campo de ação. Numerosas comemorações assinalaram a efeméride. A maior delas, contudo, seria uma história da velha “Comissão”, mostrando quanto lhe deve a ciência brasileira nos domínios da geografia, da geologia e da cartografia. E não há de faltar quem possa escrevê-la.

*

* *

MEMÓRIA CAMPINEIRA (28)

UM MISSIONÁRIO METODISTA EM CAMPINAS (1839)

O Rev. Daniel P. Kidder, missionário metodista enviado ao Brasil pela Sociedade Bíblica Americana com o objetivo de fazer aqui a propaganda das Escrituras Sagradas, viajou por grande parte do país, no período da Regência. Homem culto, e de trato afável, grangeou inúmeras simpatias entre nós e foi muito bem sucedido em sua missão. De volta ao seu país, publicou, em 1845, o relato de sua viagem no livro **Sketches of Residence and Travels in Brazil**. Bem mais tarde, seu livro foi revisto e ampliado pelo seu compatriota James C. Fletcher, também missionário (da Igreja Presbiteriana), e nesta nova forma, intitulada **Brazil and Brazilians** (1857), foi, durante longo tempo, a obra sobre o Brasil mais divulgada nos Estados Unidos. Kidder visitou Campinas em 1839 e o trecho que transcrevemos é de seu livro original, intitulado, na edição brasileira, **Reminiscências de viagem e permanência no Brasil** (trad. de Moacyr N. Vasconcelos, São Paulo, Editora Martins, 1940, "Biblioteca Histórica Brasileira", v. 3). O texto ocorre às págs. 217 a 219.

"Por volta de uma hora da tarde chegamos à vila de São Carlos, onde fomos cordialmente recebidos e hospedados por um cavalheiro ao qual levamos cartas de apresentação. A povoação está situada no início de uma vasta série de planícies que se projetam para o interior. O caminho pelo qual viemos do litoral só dava passagem para animais, mas, a partir desse lugar, podia-se viajar em carruagem por cerca de trezentas milhas.

Pela sua posição, o lugar tornou-se ponto de encontro das tropas que levam açúcar para o litoral e de lá trazem sal e outros artigos. **Aí viam-se** diretamente animais carregando e descarregando. À medida que **esvaziavam** os jacás onde transportavam os sacos de sal, eram postos de lado como imprestáveis. Sobre eles caíam então os garotos em animada disputa a fim de empilhá-los, e, à noite, ver qual deles fazia a fogueira mais alta. Essa competição não constituía o único divertimento em São Carlos. O Largo, ou a praça principal da cidade, servia de campo de exercício militar. A segurança de todo o país havia sido recentemente ameaçada pelas desordens ocorridas em Vila Franca. Tinha-se, portanto, tornado necessário preparar novos defensores da ordem para futuras eventualidades. O destacamento da localidade era constituído por cerca de vinte homens e meninos, alguns de botas altas e roupa de algodão, outros vestidos com mais simplicidade, em resumo, dificilmente havia dois fardados e

equipados da mesma maneira. Quando formavam para a instrução que lhes era diariamente ministrada por algum subalerno do exército, sua aparência bastava para evidenciar sua fraqueza. Seriam muito mais poderosos se montados à maneira do país, armados de pistolas e facas de ponta, pendentes da cinta, para trás, e, portanto, em muito melhores condições de sufocar qualquer movimento, que presos às regras da disciplina.

Conquanto aparentasse mais vida e energia em vários setores comerciais que diversas outras cidades do mesmo porte, ainda assim reclamam que São Carlos passa, de vez em quando, por períodos bem difíceis. Certo comerciante septuagenário com quem tivemos ocasião de conversar, lamentou seriamente a instituição do sistema de crédito por meio do qual pessoas sem capital podiam estragar o negócio dos que dispunham de recursos próprios. Suspirou pelos áureos tempos de D. João VI, quando circulavam livremente barras de outro tão grandes, que com elas se podiam quebrar nozes! Mas agora, nem prata se via; nada mais a não ser notas depreciadas e patações de cobre.

A nosso ver, o lugar foi inutilmente sacrificado com a substituição de seu bonito e adequado nome de Campinas. Conquanto apreciemos a denominação São Carlos, tanto quanto o nome de qualquer outro santo, não nos podemos conformar com o sistema de denominar os lugares, imposto aos brasileiros pelo clericalismo, a despeito de seu bom gosto e melhor critério. Se a sonoridade, o significado e a variedade são atributos desejáveis em nomes próprios, será então difícil exceder, nessas qualidades, as denominações dos rios, das montanhas e dos lugares, tanto na América do Norte como na do Sul. Além disso, a língua portuguesa, não menos que a inglesa, está repleta de nomes bonitos e sonoros. Entretanto, se pretender abandonar e aniquilar tudo isso, adotando, ao contrário, denominações tomadas ao acaso, dos dicionários ou do catálogo dos santos, é necessário que, se possível, se faça ver aos responsáveis o ultraje que isso representa ao bom gosto.

*
* *
*

TEXTOS
(Sugestões para seminários)

PALMARES
(Nina Rodrigues)

Que na organização de Palmares tivessem tido voto e peso os foragidos de cor de todos os matizes, temperando e não mascarando o ascendente de chumbo da direção africana, é coisa natural e com que se devia contar. Palmares nascida desse mesmo ajuntamento de escravos e aventureiros de cor que nem todos eram negros. Sem fortes e radicadas tradições de governo africano, as noções de que se tinham impregnados os negros na longa convivência com o povo em cujo seio viveram escravos, deviam forçosamente comunicar a Palmares tons das regras e hábitos a que estiveram submetidos. Assim como os hábitos adquiridos na América emprestavam característicos especiais aos africanos que regressavam à Costa onde eram tidos por colônia brasileira, assim no governo de Palmares muito devia haver de importado das práticas e costumes da colônia portuguesa.

O que se apura, em resumo, das descrições conhecidas é que em liberdade os negros de Palmares se organizaram em um estado em tudo equivalente aos que atualmente se encontram por toda a África ainda inculta. A tendência geral dos negros é a se constituírem em pequenos grupos, tribos ou estados em que uma parcela variável de autoridade e poder cabe a cada chefe ou potentado. Cada vez que aparece um chefe de maior prestígio e felicidade na guerra ou no mando, esses pequenos estados se subordinam a um governo central despótico que se pode considerar eletivo neste sentido de tocar sempre ao que dá provas de maior valor ou astúcia. Palmares não é um caso especial e sem exemplo na história dos povos negros.

(...) Se à lição que dá a história destas cidades de negros fugidos, que todas se mantiveram independentes e agressivas, acrescentarmos o perigo que o coronel Binger denunciava, para a civilização e para a sorte das colônias francesas do Sudão, na constituição dos grandes Estados negros, melhor se porá em destaque a benemerência das armas portuguesas, destruindo o formidável quilombo de Palmares. O sentimento de simpatia pela mísera sorte dos negros escravizados, que é a generosa característica da nossa época; a justa admiração e denodo com que Palmares soube defender-se; e mais ainda o sacrifício de seus chefes, preferindo o suicídio

ao cativo ou à punição, no que se quer encarnar um culto heróico à liberdade, tem fascinado a muitos historiadores e publicistas que, na exaltação da República, quase chegam a lamentar o seu extermínio. Mas acima dessa idolatria incondicional pela liberdade que pode, em sua cegueira sectária, confundir coisas distintas e descobrir intuítos liberais onde houve apenas o instinto de salvação, para o respeito pela cultura e civilização dos povos. Em nome da civilização e progresso futuros da colônia lusitana, tem-se acreditado justo e permitido deplorar-se o insucesso do domínio holandês no Brasil.

A todos os respeitos menos discutível é o serviço relevante prestado pelas armas portuguesas e coloniais, destruindo de uma vez a maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro, nesse novo Haiti, refratário ao progresso e inacessível à civilização, que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil. E esse sucesso não foi produto de uma ação fácil e sem perigo. Custou, ao contrário, à tenacidade e previdência do governo colonial, grandes sacrifícios de homens e de dinheiro.

(**Os Africanos no Brasil**, pp 119-121. Revisão e prefácio de Homero Pires São Paulo, Editora Nacional, 1932. Coleção "Brasíliana", vol. 9. Na quarta edição, publicada em convênio com o Instituto Nacional do Livro, em 1976, o texto transcrito encontra-se às pp. 76 a 78).

*

RELAÇÕES ANTIGAS ENTRE A ÁSIA ORIENTAL E A AMÉRICA OCIDENTAL (Humboldt)

Julgo ter demonstrado que os povos ocidentais do antigo continente tinham tido relações com a Ásia oriental muito antes da chegada dos espanhóis. A analogia dos calendários mexicanos, tibetanos e japoneses, das pirâmides de degraus orientadas com toda a exatidão, os mitos antigos acerca das quatro idades, ou os quatro cataclismos do mundo, e a dispersão da raça humana depois de uma grande inundação, são outros tantos indícios em apoio de tal crença.

(...) As antigas relações entre o oeste da América e o oriente da Ásia são, no meu parecer, mais que verossímeis; mas por que caminhos e com que raças da Ásia se realizou esta comunicação? É impossível, por hoje, determiná-lo. Devia ser bastante pequeno o número de indivíduos, pertencentes à ilustrada classe sacerdotal, para produzir grande mudanças

no estado político da América Ocidental. As fábulas, em outro tempo espalhadas, de expedições chinesas ao Novo Continente, limitam-se, realmente, a viagens por mar ao Fusang e ao Japão. Pode também, por outro lado, ter acontecido que japoneses ou Sian-pi da Coréia fossem arrojados pela tempestade às costas da América. Está demonstrado historicamente que Bonzes e outros aventureiros navegaram pelo mar da China para irem buscar um remédio que desse a imortalidade aos homens. Assim foi que, no tempo de Tshin-chi-huang-ti, 209 anos antes da era cristã, trezentos pares de rapazes e moças, enviados ao Japão, se estabeleceram em Nipon, em vez de voltarem à China. Não poderia o acaso ter levado expedições semelhantes às ilhas atlânticas, ao Alasca ou à Nova Califórnia? Correndo, do noroeste para sudoeste, as costas ocidentais da América, enquanto que se inclinam de nordeste para sudoeste as costas orientais, a distância entre ambos os continentes, pelos 45º de latitude, na região temperada, a mais favorável ao desenvolvimento intelectual, é demasiadamente considerável para que se tenha podido estabelecer-se, fortuitamente, uma colônia asiática nessas paragens. É, pois, preciso supor que o primeiro desembarque se verificou no clima inóspito dos paralelos 55 e 65, e que a civilização se estendeu, pouco a pouco, de norte a sul, na direção que seguiu, geralmente, a marcha dos povos na América. Pretendia-se até ter achado, nos princípios do século XIV, nas costas de Quivira e de Cibora (Eldorado do Norte) restos de navios procedentes de Catai, quer dizer, do Japão ou da China.

Conhecemos bem pouco, todavia, os dialetos americanos, para que possamos completamente perder a esperança de que, em tão grande variedade de idiomas, haja alguns que tenham sido falados ao mesmo tempo, ainda que com modificações, no interior da América Meridional e da Ásia, ou que deixem entrever, pelo menos, antiga unidade de origem. Tal descoberta seria certamente das que poderiam lançar mais luz sobre a história da raça humana. Mas as analogias das línguas não merecem confiança senão com a condição de não nos demorarmos nas consonâncias das raízes, e de penetrarmos na estrutura orgânica, nas flexões gramaticais e em todo o maquinismo onde se revela o trabalho da inteligência.

(**Quadros da Natureza**, vol. I, pp. 161/163.
Trad. de Assis Carvalho; pref. de F. A. Raja
Gabaglia. Rio de Janeiro, Jackson, 1964.
Col. "Clássicos Jackson", v. 34).

*

*

*

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

LEMOS BRITO (1886-1963)

José Gabriel de Lemos Brito – literariamente conhecido apenas por Lemos Brito, que é como aparece inscrito nos muitos livros que publicou – dividiu seus interesses entre o Direito e a História. O presente ano assinala o transcurso de seu centenário, pois foi em 1886 que nasceu na capital baiana, cidade onde viveu a primeira metade de sua existência, aí se diplomando e se realizando como advogado, jornalista, professor da Faculdade de Direito e deputado estadual e onde publicou os primeiros títulos de sua vasta bibliografia. Na área jurídica, dedicou-se particularmente à criminologia e, dentre esta, ao estudo dos sistemas penitenciários, assunto sobre o qual versa grande parte de sua produção, inclusive sua mais extensa obra, em três volumes, **Os sistemas penitenciários no Brasil**, que publicou entre 1924 e 1926. Foi presidente do Conselho Penitenciário do antigo Distrito Federal, onde passou a residir a partir de 1920. No Rio de Janeiro, continuou a carreira docente, lecionando na Faculdade Nacional de Direito. Pertenceu ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e à Academia Carioca de Letras. Em sua homenagem, e em recompensa pelos inúmeros serviços prestados à causa, a penitenciária de Niterói recebeu o seu nome.

Seu interesse pelos estudos históricos (que é o de maior significado para esta nota) levou-o a estudar demoradamente os problemas platinos e os referentes à Guerra do Paraguai, temas de seus primeiros livros, publicados ainda no começo do século. Sua obra mais importante, no campo da História do Brasil, apareceu em 1923 – **Pontos de partida para a história econômica do Brasil** – , que abrange apenas a parte relativa ao período colonial. Consta que chegou a escrever a segunda parte, sobre o Brasil independente, mas não a publicou. Os **Pontos de partida** foram reeditados em 1939, na preciosa coleção “Brasíliana”, da Companhia Editora Nacional (vol. 155). Para esta reedição, foi conservada a forma original, utilizando-se notas de pé-de-página (em número de 346) para os pontos que necessitavam de atualização ou revisão. A importante obra fez jus a uma nova edição, em 1980, 27 anos após o falecimento do autor. Outro grande livro deve-lhe a historiografia brasileira: a melhor biografia, até agora publicada, sobre Frei Caneca – **A gloriosa sotaina do Primeiro Império**, de 1937 – , também na coleção “Brasíliana” (vol. 81), e que infelizmente ficou na primeira edição.

Ao voltar sua atenção para os problemas do Prata e da Guerra do Paraguai, deu asas a uma certa veia polêmica, que também se encontra noutros escritos. Em nenhum, porém, tanto quanto e com tanta ênfase como no volume de 1927, **Solano Lopez e a Guerra do Paraguai**, escrito como réplica não a Eduardo C. Pereira, como afirma A. J. L. na “orelha” da última edição de os **Pontos de Partida**, mas ao historiador mexicano Don Carlos Pereyra.

Do interesse de os **Pontos de partida**, em boa hora reeditados em 1980, escreveu o diretor da coleção “Brasília”, Américo Jacobina Lacombe (AJL), atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, numa das “orelhas” da capa: “Longe de ser um apologista do sistema colonial, Lemos Brito, que se distinguia por profundo espírito de justiça e bom senso, procura explicar a política metropolitana em relação à Colônia. Fê-lo com isenção e inteligência, baseando-se nas fontes disponíveis, sem perder-se em minúcias de história fatorial, que tantas vezes perturbam a compreensão do curso geral dos acontecimentos. Visou, principalmente, a fazer-se compreender pelo povo. ‘O povo, isto é, as classes que constituem a massa operária e ativa da sociedade econômica, é refratário, senão hostil, às sutilezas e às minúcias. O que ele quer, o que ele entende, o que ele compreende e assimila são os planos gerais, as leis gerais, os fenômenos em seu conjunto.’ Daí o tom geral da obra, que foge à terminologia especializada e se dirige ao público em linguagem clara e límpida”. E conclui declarando esperar que a parte já redigida da continuação dessa obra, possa um dia vir ao conhecimento do público, “ávido de trabalhos serenos e isentos sobre a nossa formação”. Dos **Pontos de partida** foi extraída a **seleta** do presente número.

Bibliografia de Lemos Brito

- 1903 – **Névoas: versos dos primeiros anos**. Bahia, 1903.
- 1907 – **A Guerra do Paraguai: narrativa histórica dos prisioneiros do “Marquês de Olinda”**. Pref. Arlindo Fragozo. Salvador, Tip. de Reis & Cia., 1907. 196 p. Segunda edição: Salvador, Livraria Catilina, 1927.
- **Derradeiro marco: discurso de formatura**. Bahia, 1907.
 - **Cartas do Norte: crônicas por ocasião da viagem do Presidente Afonso Pena pelos Estados do Brasil**. Bahia, 1907.
- 1908 – **Álbum de Imprensa da Bahia em 1908**, mandado imprimir pelo governo do Exmo. Sr. Dr. José Marcelino de Souza, sendo Secretário do Estado o Exmo. Sr. Dr. José Carlos Junqueira Alves de Almeida. Bahia, Tip. Baiana, 1908. 152 p.
- 1910 – **Portugal de hoje, Portugal de ontem**. Conferência no Teatro São João, Bahia, 1910.
- **Instrução pública**. Parecer na Câmara dos Deputados. Bahia, 1910.
- 1913 – **De como se ama**. Conferência. Bahia, 1913.
- **Do Poder Legislativo; ligeiro estudo, especialmente sobre a doutrina bicameral**. Tese do concurso à Faculdade de Direito da Bahia. Salvador, Livraria Catilina, 1913.

- 1915 – **Conferências e estudos**, procedidos de uma carta de Clovis Bevilacqua. Bahia, Tip. Baiana, 1915. 198 p.
- 1916 – **Um problema gravíssimo: colonias correccionais e tribunais de menores**. Salvador, Imprensa Oficial, 1916.
- 1917 – **Oração às crianças**. Bahia, 1917.
 – **Renascimento cívico**. Bahia, 1917.
 – **As lições da História**. Com uma carta do Des. Ezequiel Pondé. Bahia, Tip. Baiana, 1917. 114 p.
 – **Páginas sul-americanas**, precedidas de uma carta de Estanislau Zeballos. Salvador, Tip. Baiana, 1917.
- 1918 – **No Congresso da Imprensa**. Rio de Janeiro, 1918. 40 p.
- 1919 – **Colônias e prisões do Rio da Prata**. Bahia, Romualdo dos Santos, 1919. 122 p.
- 1920 – **Na Barricada: campanha de libertação da Bahia; a última campanha de Rui Barbosa**. Salvador, Tip. Baiana, 1920. 192 p.
- 1921 – **Psicologia do adultério**. Rio de Janeiro, Castilho, 1921. 203 p.
- 1922 – **Nossa Independência**. Bahia, 1922.
 – **Do que o mundo ri...** Bahia, 1922.
 – **Através de quatro séculos**. Bahia, 1922.
 – **Monografia sobre o algodão na Bahia**. Bahia, 1922.
 – **Das necessidades econômicas do Nordeste**. Bahia, 1922.
- 1923 – **Pontos de partida para a história econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1923. 464 p.
- 1924 – **Pela Pátria no estrangeiro: páginas de oratória americana**. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1924. 184 p.
 – **Nova diplomacia: saudação ao Embaixador Gurgel do Amaral**. Rio de Janeiro, 1924.
 – **Dos problemas da infância no Brasil. Do pudor e da educação. Da educação dos anormais**. Rio de Janeiro, 1924.
 – **Breves considerações sobre o ensino técnico**. Rio de Janeiro, 1924.
 – **Guerra, guerra civil e legalidade**. Rio de Janeiro, 1924.
- 1924/26 – **Os sistemas penitenciários no Brasil**. 3 volumes. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924/26.
- 1925 – **No Congresso de Economia Social**. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1925.
 – **Da neutralidade do Brasil em face do Direito Internacional**. Rio, Revista do Supremo Tribunal Federal, 1925. 297 p.
- 1927 – **A Guerra do Paraguai: narrativa história dos prisioneiros do "Marquês de Olinda"**. Segunda edição. Salvador, Livraria Catilina, 1927.
 – **Solano Lopez e a Guerra do Paraguai**. Réplica ao livro de igual título do escritor mexicano D. Carlos Pereyra. Rio de Janeiro, Tip. da Escola 15 de Novembro, 1927.
- 1934 – **A questão sexual nas prisões**. Rio de Janeiro, Livraria Jacinto, 1934.
- 1936 – **Nocões gerais de Direito e de Legislação Consular**. São Paulo, Melhoramentos (1936).
- 1937 – **A gloriosa sotaina do Primeiro Império** (Frei Caneca). São Paulo, Editora Nacional, 1937. 360 p. (Coleção "Brasiliãna", v. 81).
- 1939 – **Pontos de partida para a história econômica do Brasil**. Segunda edição revista e acrescida de 346 notas elucidativas. São Paulo, Editora Nacional, 1939. 552 p. (Coleção "Brasiliãna", v. 155).

- 1946 – **O crime e os criminosos na literatura brasileira.** Rio de Janeiro José Olympio, 1946. 336 p.
- 1980 – **Pontos de partida para a história econômica do Brasil.** Terceira edição. São Paulo, Editora Nacional/Inst. Nac. do Livro, 1980. 406 p. (Coleção “Brasiliana”, v. 155).

*

*

*

SELETA

DESLOCAÇÃO DO EIXO ECONÔMICO PARA O SUL

Lemos Brito

O eixo econômico do país começou a deslocar-se desde o dia em que se verificaram a extensão e a riqueza das minas.

Até ali, nem povos, nem governos, acreditavam na existência desses tesouros extraordinários. Toda a gente sabia da existência de minas de ouro, prata, cobre, e de outros minérios, no Brasil. A ninguém, contudo, essas minas se afiguravam como sendo capazes de despertar a cobiça, de estimular o ânimo dos habitantes das capitânias. De seu lado, os governadores informavam amiúde a Coroa dos insucessos das pesquisas por eles determinadas ou autorizadas, e quando levavam ao conhecimento do rei a descoberta do precioso metal, as amostras, que lhe enviavam, e que era todo o ouro encontrado e recolhido, essas amostras eram tão insignificantes que aumentavam o desânimo em vez de reacenderem as esperanças.

De repente, o eco das novas descobertas dos paulistas, em São Paulo, Minas, e no Cuiabá, veio mudar radicalmente a situação. Como já escrevemos, toda a gente procurou enriquecer rapidamente. Estabeleceu-se a febre da mineração, e essa febre, na expressão acabada do Sr. Felisbello Freire, “criou um temperamento, uma constituição econômica”.

De todas as capitânias, especialmente de Pernambuco, Espírito Santo e Rio de Janeiro, aquela onda humana começou a tumultuar e a crescer, caminho das minas.

Foi o primeiro desequilíbrio.

Enquanto inesperadamente a população do sul da colônia tomava essas espantosas proporções, o norte, que se considerava já definitivamente estabilizado nas suas populações, viu-se definir no êxodo crescente dos habitantes de suas unidades político-administrativas. Nem o Rio de Janeiro escapou a esse êxodo. D. Álvaro de Albuquerque, dirigindo-se ao governo da Bahia, declarava-lhe: “A terra despoeva-se com as minas, constituindo-se elas um verdadeiro flagelo”.

Se era verdade que as minas prejudicavam geralmente o país, não só por aquelas causas que apontei, como por gerarem nos seus habitantes a preocupação das riquezas fáceis e os hábitos do luxo e da licenciosida-

de, que nelas lavraram assustadoramente, não escapando ao contágio os próprios sacerdotes, contra os quais foi mister ao governo tomar severas providências, se foi verdade, repetimos, que as minas trouxeram para o Brasil sob certos aspectos, tristes resultados, não se explicarão os protestos de D. Álvaro senão por haver encarado do ponto de vista estreito da falta de braços na sua capitania ameaçada pela pirataria do oceano a arrancada para as minas. Porque foi precisamente desse “flagelo”, como ele próprio as denominou, que nasceu a preponderância do Rio na balança econômica do Brasil.

A exploração das minas deslocava aquele eixo para o sul. As medidas tomadas pelo fisco no sentido de evitar o contrabando chamava-o fortemente para a atual capital da República.¹

Foi assim que, transformado Parati em mero posto fiscal, se determinou que “todas as cargas que viessem das minas fossem conduzidas à Casa dos Quintos, para ver se traziam ou não o ouro, e que se procedesse a um exame nas lanchas que saíssem do porto para o Rio de Janeiro”. Mas, como estas medidas não se considerassem suficientes para garantir os interesses da Coroa, a metrópole ordenou que “todos os navios que navegassem de norte a sul, ou ao contrário, fossem obrigados a entrar no porto do Rio para o devido exame, o qual assumiu uma preponderância notável na vida da colônia”.²

É fácil verificar o alcance desta determinação. Já era, a esse tempo, grande a navegação nas costas do Brasil, quer por navios que faziam o intercâmbio da colônia com a metrópole, quer por aqueles que faziam o transporte de pessoas e mercadorias entre as diversas capitânicas do norte e do sul. Ora, pela obrigação aludida, todos estes navios deviam escalar o porto do Rio, onde fundeavam e demoravam até que fossem convenientemente despachados.

Além da importância política resultante desta concentração das frotas nas suas águas, lucrou enormemente o Rio com o comércio que daí resultava. Frequentado a todo instante por navios, o Rio encontrou um amplo escoadouro para seus produtos de exportação, e a praça passou a ter as suas transações comerciais muito aumentadas.

O movimento da cidade não perdeu, pois, com a emigração para as Minas, pois o pessoal desses navios desembarcava para abastecer-se e gastar em terra.

Esta medida, que foi de um tão alto alcance para o Rio, data da primeira década do século XVIII.

Outras, porém, vieram reforçá-la.

(1) Ao tempo em que o A. escreveu, era o Rio de Janeiro a capital do país (N. da R.).

(2) Felisbelo Freire, *História da cidade do Rio de Janeiro*, vol. II, p. 406.

Havia um caminho aberto do Espírito Santo para as Minas. D. Álvaro proibiu que os forasteiros se utilizassem dele, como antes havia feito com o de Parati. Também as estradas da Bahia e de Pernambuco, que conduziam à região do ouro, havia sido fechadas, por ordem do governo, aos que o fanatismo do ouro encaminhava em levadas para o sul.

Esse fechamento das estradas abriu para o Rio um novo surto de prosperidade. Toda gente devia passar por aqui, aqui sofrer as buscas e devassas, aqui gastar e abastecer-se. Era, pois, o predomínio comercial que se estabelecia depois de se haver firmado o predomínio marítimo.

As subseqüentes desanexações que sofreu a capitania do Rio de Janeiro e o governo autônomo das minas, não puderam abater mais esta supremacia tão facilmente adquirida. Quando o eixo econômico se deslocou definitivamente para o sul, o Rio ficou como cabeça desta nova região para a qual convergiam as atenções de nacionais e de estrangeiros, estimuladas pela fama das suas riquezas, pelas facilidades oferecidas por seus campos à criação, e pela amenidade de seus climas, antes mesmo que o café viesse pesar de modo decisivo nos destinos da pátria.³

Outras causas militaram para esse prestígio crescente do sul ao mesmo tempo que o norte diminuía. Delas, duas foram de caráter econômico, e as demais de caráter político.

Não se pode, realmente, esconder que a queda dos preços do açúcar, pela concorrência das colônias inglesas e francesas, e o fato de deixar o Brasil de ser o produtor exclusivo do açúcar, deveria acabar por influir decisivamente na sua economia, e, particularmente, na do norte, que conservava quase o monopólio da produção.⁴

As guerras das fronteiras platinas, conduzindo consecutivamente levadas e levadas de soldados e de pessoal diverso para as campinas do Rio Grande, intensificaram o povoamento dessas regiões, enquanto o recrutamento ia arrancar à lavoura do norte os seus melhores braços. Esse recrutamento foi sempre tão desumano que ainda há pouco os sertanejos nortistas fugiam ao recenseamento, por temerem a inscrição forçada na tropa, com o abandono das suas lavouras. Muita gente da que ia às guerras não retornava. Encontrando meios de vida fáceis, lá se deixavam ficar, concorrendo para o despovoamento dos campos nortistas. Ali se propagou de tal sorte a pecuária que dentro de breve tempo o Rio Grande produzia e

(3) A procura do Brasil pelos estrangeiros justifica de certo modo a atitude da Coroa mandando confiscar e queimar a edição da obra de Antonil (Andreoni) italiano e natural de Luca, *Cultura e opulência do Brasil*, do qual apenas seis exemplares escaparam ao implacável auto de fé. Este livro, rico de informações a respeito do país no século XVIII, revelava-o à cobiça européia.

(4) O sr. Roberto Simonsen ocupa-se do assunto em seu recente livro, atribuindo a este fator predominância decisiva no fenômeno econômico-político de que nos ocupamos.

exportava para o resto do Brasil o xarque, a princípio destinado aos escravos, e depois adotado pelo povo, com a denominação, que ainda conserva, de **carne-seca**.

Além destes fatores, concorreram outros de ordem política, como fossem a independência e a desanexação de várias capitanias do sul, a divisão do governo-geral em dois, e depois o estabelecimento da sede da vice-realeza, uma, no Rio de Janeiro, transformada em capital do país, pela necessidade de ocorrer-se rapidamente ao ponto mais exposto dele.

Para fecho desses acontecimentos que tanto diminuíram o norte, tivemos a longa permanência de D. João VI no Rio.

(Pontos de partida para a história econômica do Brasil, pp. 299 a 303. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1923. Nas duas edições subsequentes do livro o trecho transcrito ocorre às págs. 351 a 355, na 2ª edição, e 260 a 263, na 3ª edição).

RABISCOS DE UM ESCRIVINADOR

(Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em foram divulgadas).

136. INÉDITO DE HILTON FEDERICI

Pouco após o falecimento de Hilton Federici em junho de 1980, publiquei neste mesmo local pequena nota acerca de alguns inéditos deixados pelo querido e saudoso amigo. Dizia, na ocasião, que Hilton Federici levava para o túmulo a mágoa de não ter encontrado quem se interessasse pela publicação de seu livro sobre os símbolos paulistas, no qual se empenhara com tanto conhecimento e com tanto amor. Por sugestão deste seu velho amigo e por empenho de outro grande amigo, Lycurgo de Castro Santos Filho, então integrante da Comissão de História da Secretaria de Cultura do Estado, veio o livro a ser publicado em edição oficial da Secretaria, logo no ano seguinte. Mas, sofrendo do mal de todas as publicações oficiais, não teve a divulgação que Hilton desejava e que de fato merecia. Quem quiser obtê-lo terá que ir — e nem todos podem — à sede da Secretaria, em São Paulo. Mas, em todo caso, está publicado e isto é o que importa. Talvez um dia alguma editora se anime a fazer dele uma edição comercial para que ele possa se tornar mais conhecido e recomendado pelos professores nas escolas do Estado de São Paulo, pois para isto o autor o escreveu.

Dois outros trabalhos o saudoso professor deixou inéditos e em ambos tive alguma responsabilidade. Um, foi escrito mesmo por minha solicitação para uma “poliantéia” que planejei, comemorativa do bicentário de Campinas, algo que ficasse a recordar perenemente a efeméride de 1974. Apenas dois dos convidados a colaborarem no livro desincumbiram-se de suas tarefas: Hilton Federici e a professora Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci. Ninguém mais se abalçou a escrever qualquer coisa, nem o próprio organizador do volume... É verdade que a iniciativa deu em nada e coisa alguma foi publicada dentro do espírito que desejávamos. Mas os trabalhos dos dois colaboradores ficaram em meu poder como testemunhos de boa vontade e eficiência de seus autores. O de Maria Lúcia foi publicado anos depois, numa revista de estudos históricos; o de Hilton continua comigo à espera de uma oportunidade para poder publicá-lo.

“Double” de geógrafo e historiador, o trabalho que encomendei a Hilton Federici não poderia ter sido senão o quadro geográfico de Campinas, o palco onde se desenrolou a história da cidade. Seria o capítulo inicial do livro planejado. Aliás, dava gosto ver Hilton Federici discorrer sobre essa introdução geográfica à história de Campinas. Várias vezes o fez, nos cursos organizados por Flávio da Silva Fernandes, no Sesc, quando tratamos “a quatro mãos” da geografia e da história de nossa cidade. Em próxima nota cuidarei de outro inédito deixado pelo saudoso e inesquecível amigo, e que, felizmente, vem de ser publicado. (4-9-1985).

*

137. OUTRO INÉDITO DE HILTON FEDERICI

O saudoso Hilton Federici tinha por hábito fazer-me ler os originais de seus trabalhos antes de lhes dar a forma definitiva. Agradáveis e inesquecíveis momentos passamos juntos, trocando idéias, discutindo proposições, procurando aclarar pontos duvidosos ou controvertidos, sempre na maior cordialidade e com a mais distinta elevação de propósitos. Tudo, diga-se de passagem, por mera gentileza de sua parte, pois seus escritos versavam sobre assuntos que ele conhecia melhor do que eu. Poucas vezes tive o que sugerir-lhe e menos ainda que retificá-lo. Mas nada o demovia de seu hábito e assim cada trabalho que elaborasse ou simplesmente planejasse era uma oportunidade feliz para proveitosos entretenimentos.

Um dos seus trabalhos que mais ensejo deu a que trocássemos idéias foi sobre a história ferroviária de Cruzeiro, mais precisamente a antiga Rede Sul Mineira. Hilton via nessa ferrovia as próprias origens de sua cidade. Diga-se, a propósito, que em matéria de pesquisa histórica, Hilton Federici tinha dois amores: Cruzeiro e Campinas, a cidade onde nasceu e a cidade que adotou como sua. Sua grande preocupação era mostrar o quanto Cruzeiro representava como exceção na história das cidades valeparaibanas. E no trabalho em questão, Hilton procurava, ainda, vincular à história ferroviária cruzeirense as visitas que D. Pedro II, por duas vezes, fez ao Sul de Minas.

Estava Hilton sem saber o que fazer de seu trabalho, já quase pronto, quando lhe sugeri que o apresentasse a um Congresso de História de São Paulo, que planejei e, graças a Deus, consegui realizar em Campinas, sob os auspícios de nossa Universidade Católica, em julho de 1972. Iniciativa considerada magnífica, mas que, infelizmente, não teve prosseguimento: depois do nosso, apenas um outro foi realizado em Araraquara, dois anos depois, e nada mais se fez em matéria de congresso de história paulista.

Hilton Federici aceitou jubilosamente minha sugestão e seu trabalho figurou, assim, como um dos mais importantes de quantos foram apresentados ao congresso aqui realizado. Lamentavelmente, não tivemos condições de publicar os anais, o que foi pena, pois isto contribuiu para que a iniciativa morresse. Guardei os trabalhos apresentados; devolvi os que me foram solicitados para que seus autôres os publicassem onde entendessem. Entre os que ficaram comigo, o de Hilton Federici, tirado pelo bom amigo numa bonita impressão mimeografada para distribuição aos seus amigos mais chegados. Pois bem: é este segundo inédito de Hilton Federici, de que fui depositário, que vem de ser publicado pelo Museu Imperial de Petrópolis, no último volume de seu anuário, graças à gentileza de nosso comum amigo Lourenço Luiz Lacombe, diretor da grande instituição petropolitana. (11-9-1985)

*

138. NOVOS ESTUDOS MISSIONEIROS

Há alguns anos, neste mesmo local, ocupei-me dos Simpósios de Estudos Missioneiros que bienalmente se realizam na cidade gaúcha de Santa Rosa, promovidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, daquela cidade. O que, a meu ver, mais digno de nota se apresenta — escrevia na referida nota — é a conscientização, que se sente a todo instante, do interesse em torno dos estudos históricos, geográficos, etnográficos, antropológicos do mundo missioneiro. Rara a cidade da região que não tenha um centro de estudos dedicados à temática missioneira e a preocupação de simpósios periódicos vem, efetivamente, coroar todos os esforços em redor do tema propiciando exposições, conferências, mesas-redondas, enfim tudo aquilo que, publicado um dia após a necessária triagem, poderá constituir precioso subsídio à bibliografia regional de uma das mais significativas áreas culturais do País.

E é de se louvar a regularidade com que os anais dos Simpósios de Estudos Missioneiros são distribuídos. Cinco volumes até agora já foram publicados, contendo o balanço dos trabalhos ali realizados, bem como o texto integral das comunicações apresentadas. E com a colaboração não apenas de elementos da região missioneira, mas de todo o País, pois hoje esse evento extrapolou as dimensões estaduais, passou a interessar a muita gente de outros Estados, constituindo um dos grandes marcos do calendário cultural do Brasil.

Embora não tivesse até agora oportunidade de participar dessas reuniões de Santa Rosa, tenho recebido regularmente suas publicações e é

justamente o aparecimento de mais um volume dos “Anais”, que me sugeriu a presente nota. O simpósio de 1983, cujo anuário vem de ser publicado, cuidou particularmente do “espaço missioneiro”, e oferece-nos treze conferências e três comunicações, todas tratando de temas do mais alto interesse. Seus autores, entre outros, Arno Alvarez Kern, Décio Freitas, Moacyr Flores, Heloisa Liberalli Bellotto, Arthur Rabuske, Itala Becker, Pedro Augusto Mentz Ribeiro e, ainda, colaboração de pesquisadores e professores das nações vizinhas, igualmente interessadas na cultura missioneira, como o Paraguai, a Argentina e o Uruguai. Tornou-se, assim, a reunião bienal de Santa Rosa um evento internacional.

O único acontecimento cultural no Brasil que me faz lembrar os Simpósios de Estudos Missionários, de Santa Rosa, é a promoção também bienal do Instituto de Estudos Valeparaibanos, sediado em Guaratinguetá, mas cujas reuniões se realizam nas mais diversas cidades do Vale do Paraíba. Todavia, há uma diferença, aliás bem marcante: ao contrário dos simpósios missionários, os do Vale do Paraíba não têm tido condições de publicar seus anais (apenas o de um deles foi publicado) e isto é fundamental para o sentido de permanência dos trabalhos que neles se realizam. (25-9-1985)

*

139. O ÚLTIMO LIVRO DE BRASIL BANDECCHI

Bem andou o saudoso historiador e acadêmico Brasil Bandecchi reunindo diversas páginas esparsas por publicações periódicas, para formar o que veio a ser seu último livro. Livro que ele mal teve oportunidade de ver. A editora entregou-lhe os primeiros exemplares dois ou três dias antes de seu falecimento, ocorrido em fins de junho do ano em curso. Nem teve oportunidade de oferecê-lo aos amigos mais íntimos, tarefa de que se desincumbiu sua querida esposa e nossa também querida amiga Alda. A contracapa do volume mostra sua fotografia, provavelmente a última, já com as feições cansadas, mas, evidentemente, nada fazendo supor que sua existência terrena estivesse tão próxima do fim.

História e ficção na poesia e no romance, intitula-se o livro. Tema bem de seu agrado, sobre o qual gostava de discorrer sempre que se lhe oferecesse oportunidade. Consta de cinco estudos isolados: “Mário de Andrade e a fala brasileira”, “História do Brasil na poesia”, “A Faculdade de Direito, a poesia e a história”, “Romance como fonte de história” e “Romance Urbano do interior”. Este último é um ensaio sobre o escritor francano Antônio Constantino, que foi, por muitos anos, diretor da biblioteca da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Nesses cinco estudos, que adquiriram, agora, o caráter de permanência que só o livro pode dar, Brasil Bandecchi revelou-se não apenas o pesquisador familiarizado com os eventos históricos, mas, igualmente, o freqüentador assíduo da literatura de ficção. Sob este aspecto, o capítulo mais importante do livro, sem menosprezo para com os demais, é “Romance como fonte de história”. Cuida de romances da escravidão: **A escrava Isaura**, **O mulato**, **A marcha**, **Mocidade de Trajano** e **A família Medeiros**, respectivamente de Bernardo Guimarães, Aluísio de Azevedo, Afonso Schmidt, Visconde de Taunay e Júlia Lopes de Almeida. Passa, depois, para os romances ligados ao povoamento do Oeste paulista, à imigração e ao café: **Chão bruto** e **Filhos do destino**, de Hernani Donato; a trilogia (**Clarão na serra**, **Grotão do café amarelo** e **A porteira bateu**) de Francisco Marins; **O estrangeiro**, de Plínio Salgado; **Capa preta** e **Espigão da Samambaia**, de Leão Machado; e encerrando esse precioso capítulo, uma evocação final de São Paulo (cidade) no início deste século, através de **Madame Pommery**, de Hilário Tácito, pseudônimo de José Maria de Toledo Malta, cujo centenário, transcorrido este ano, deu ensejo a que Ernani Silva Bruno publicasse excelente artigo na imprensa paulistana. (27-11-1985)

*

140. ESPÍRITO CIPELISTA

O adjetivo do título talvez cause estranheza. Refere-se a “Cipel”, sigla pela qual se designa o “Círculo de Pesquisas Literárias”, atuante entidade cultural de Porto Alegre, fundada em 8 de dezembro de 1966 por um pequeno grupo de sul-rio-grandenses amantes das coisas de seu Estado. Funciona desde então, sempre coeso, modesto em seus trabalhos, evoluindo em sua finalidade específica, que é o Rio Grande do Sul, “pesquisando seu passado, registrando-o no presente, preservando-o para o futuro”. Seus integrantes formam uma comunidade de pessoas das mais variadas atividades profissionais: professores, médicos, advogados, militares, religiosos, jornalistas, etc. Todos têm, como interesse especial, a pesquisa em torno da cultura sul-rio-grandense e, particularmente, o levantamento e localização de publicações de autores gaúchos ou que tratem de qualquer assunto atinente ao Rio Grande do Sul.

Quem primeiro me informou dessa entidade foi a professora Hilda Flores, a qual, juntamente com seu esposo, o historiador Moacyr Flores, constituem elementos de destaque na agremiação. Por uma notícia de Hilda, fiquei sabendo que um dos diretores da entidade é o professor Astrogildo Fernandes, velho amigo e companheiro de muitos anos. Não

tive outra coisa a fazer senão pedir-lhe mais informes sobre o “Cipel” e com base no que gentilmente me mandou, é que estou compondo esta nota.

Leio numa das circulares: “Sendo de conhecimento geral a área de cada cipelista, é norma que, ao efetuar determinada pesquisa sobre tema de sua predileção, encontrando subsídios que abordem assunto selecionado por algum dos confrades, os anote, transmitindo-os ao interessado na primeira oportunidade. Em síntese, são pessoas que se auxiliam e permutam informações de interesse recíproco. Quando o “Cipel” é consultado por pesquisadores nacionais ou estrangeiros, ou por entidades, o tema é transmitido aos associados, cabendo aos mesmos, coletiva ou individualmente, dentro de seus conhecimentos, fornecer os elementos indispensáveis à resposta”. Resumindo: “A confraternização, a amizade, o interesse geral pelas coisas, aspectos e cultura do Rio Grande do Sul constituem o grande e forte elo de união entre os integrantes do Círculo”.

Em última análise, é o “espírito cipelista”, a que se refere o título desta nota. Creio nada precisar dizer quanto entidade dessa natureza poderia servir de modelo para outras cidades do Brasil. Que temos em São Paulo sequer parecido com o “Cipel” gaúcho? No entanto, vivemos a lamentar que tão pouco se estude e se conheça nossa terra. (18-12-1985)

*

141. O LIVRO DO REVERENDO WALSH

Não sei porque demorou tanto tempo para que se traduzisse o excelente livro do Reverendo Robert Walsh sobre o Brasil, quando se traduziu — e às vezes com diversas edições — tanta coisa de muito menos valor. Com efeito, inscreve-se o livro do capelão anglicano entre os melhores títulos de nossa literatura de viajantes estrangeiros. Sempre citado e sempre louvado, mas, até agora, nunca traduzido. Dele apenas se ocupou (que me lembre) o sr. Cândido Melo Leitão em seu precioso livro **O Brasil visto pelos ingleses**, publicado em 1937 na Coleção “Brasiliiana”, mas nunca reeditado. A iniciativa da tradução integral da obra coube à Itatiaia, de Belo Horizonte, integrando a magnífica série “Reconquista do Brasil”, onde figura sob os números 74 e 75. A tarefa de pô-la em nossa língua coube a Regina Regis Junqueira, a quem já se devem diversas traduções de viajantes estrangeiros, na mesma coleção “Reconquista do Brasil” (Bates, Saint-Hilaire)...

Wash viajou pelo Brasil (Rio de Janeiro e Minas Gerais) em 1828 e 1829, tempo realmente curto para a soma de informações que

conseguiu obter sobre nosso País, não só decorrentes de observações de suas viagens, mas igualmente de leituras. Veio para o Brasil na comitiva de Lord Strangford e, enviando notícias a um amigo de Londres, escreveu verdadeiro diário, relato precioso sobre nossa terra e nossa gente. Daí o título que deu ao livro, **Notícias do Brasil durante os anos de 1828 e 1829**. A edição original, **Notices of Brazil**, foi publicada em Londres em 1830, tendo sido reeditada logo no ano seguinte.

Quanto a nós, tivemos que esperar 155 anos para tê-lo na língua do país de que o livro trata... Mas, melhor tarde que nunca.

Falta, no volume da Itatiaia, uma nota sobre o autor. Há, apenas, uma justificativa da edição, na orelha da capa, bem feita, sem dúvida, mas muito pouco para livro tão valioso. Nascido em 1772, Walsh ordenou-se em 1802 e diplomou-se em Medicina em 1820. Nessa época, já havia publicado uma história da cidade de Dublin. Nomeado capelão da embaixada inglesa na Turquia, este cargo propiciou-lhe escrever livro sobre sua viagem a Constantinopla, que foi reeditado várias vezes. De Constantinopla, foi servir na capital do Império Russo e de lá veio para o Brasil. Em 1831 foi novamente enviado à Turquia, retornando à sua pátria em 1835. Faleceu em 1853. Seu conhecimento do problema escravo no Brasil credenciou-o a pertencer a uma importante sociedade abolicionista de Londres. Aliás, a parte relativa à escravidão é das mais interessantes de seu livro. Assim, também, os retratos que traça de personalidades importantes com as quais se relacionou no Rio de Janeiro. É dos mais bem feitos, ainda, o resumo da história do Brasil que apresenta no primeiro volume. Por tudo isto é que se estranha tenha demorado tanto a aparecer o precioso livro em nossa língua. (22-01-86)

*

142. A GALERIA DE SISSON

A Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, anuncia, entre as próximas publicações em sua preciosa coleção "Reconquista do Brasil", a reedição integral da famosa **Galeria dos Brasileiros Ilustres**, publicada originalmente no Rio de Janeiro em 1859 e 1861, em dois volumes, pelo litógrafo e desenhista francês Sebastião Augusto Sisson, que por longos anos viveu na Capital do Império. Nasceu Sisson a 2 de maio de 1824, tendo vindo para o Brasil em 1852 e em nosso País viveu até o seu falecimento, em 1898. Consta sua **Galeria** de noventa retratos (quarenta e cinco em cada volume) dos "homens mais ilustres do Brasil, na política, ciências e letras, desde a guerra da Independência até os nossos dias, acompanhados

das suas respectivas biografias, publicada sob a proteção de Sua Majestade o Imperador”.

Os retratos foram magnificamente copiados do natural e o processo empregado para reproduzi-los foi a litografia, muito em voga na época. Quanto ao texto, quase todo no tom encomiástico e por vezes precioso, tão ao sabor do tempo, não trás assinatura. Todavia, Tancredo de Barros Paiva, em seu dicionário de pseudônimos (Rio, J. Leite, 1929), assevera que as biografias foram escritas por várias pessoas, inclusive por muitos dos próprios biografados e relaciona os nomes da maioria delas.

A **Galeria** de Sisson, ao que eu saiba, só foi reeditada uma vez, em 1948, pela Livraria Martins Editora, integrando a “Biblioteca Histórica Brasileira” (vol. 18), dirigida por Rubens Borba de Moraes. Desta segunda edição, fez-se uma tiragem de luxo, em formato maior e outra em tiragem comum, nos mesmos padrões da coleção em que foi inserida, ambas em dois volumes, tal como a edição original de 1859/61.

Uma nota do editor esclarece que várias circunstâncias concorreram para que a **Galeria** de Sisson se tornasse muito rara e, conseqüentemente, de alto valor mercantil: seu tamanho alentado, a tiragem reduzida, o desmazelo de possuidores inconscientes e principalmente sua mutilação por antiquários gananciosos que desmanchavam os volumes para venderem os retratos separadamente. Eis porque raramente se encontra referências a Sisson nos catálogos dos alfarrabistas internacionais. E daí, logicamente, o interesse da reedição que então se fez, hoje, já bastante rara, a justificar perfeitamente a nova edição anunciada pela importante editora mineira. A reedição de 1948 deixou de mencionar os autores das biografias, tais como identificados por Tancredo de Barros Paiva. Mas a lacuna foi suprida pelo saudoso Raimundo de Menezes que os menciona em seu **Dicionário Literário Brasileiro**, pág. 647, da segunda edição (1978). (05-02-86)

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

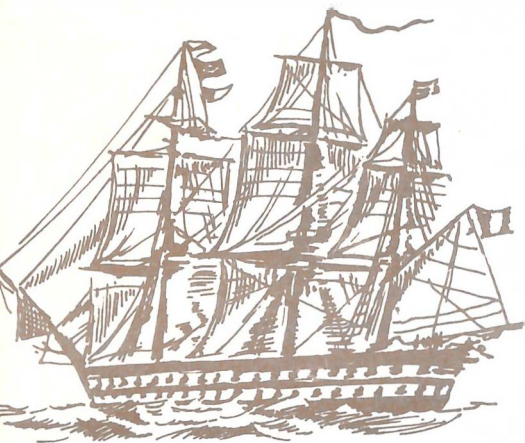
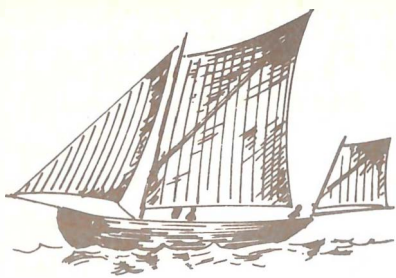
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

